



RELATÓRIO DE LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DE SÃO PAULO



CIDADE DE
SÃO PAULO



Conteúdo e Organização

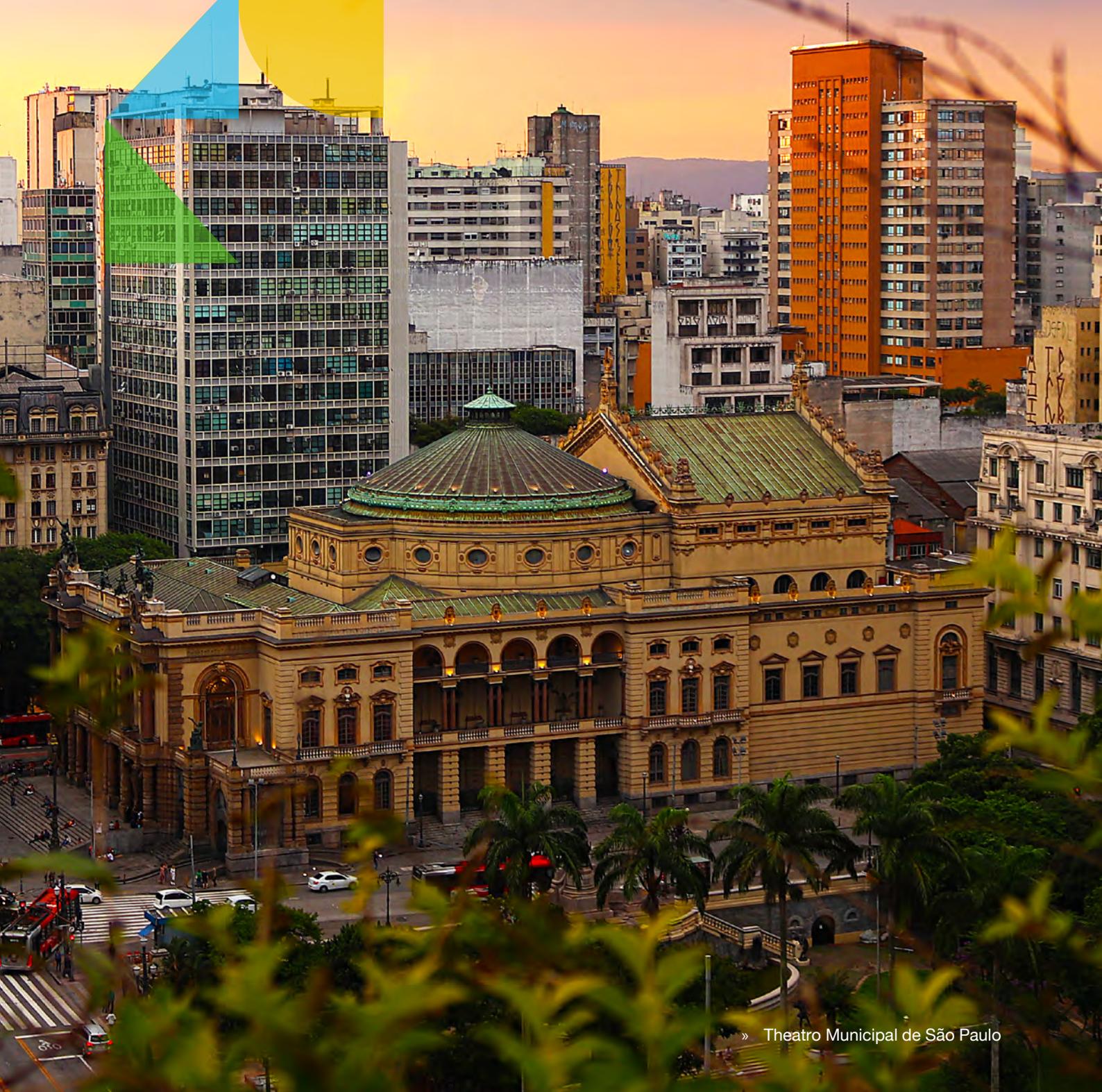
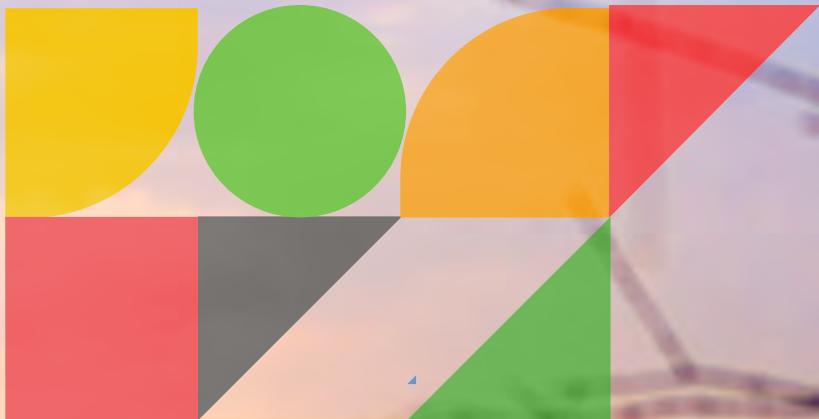


Esta publicação foi financiada com recursos do Programa de Cooperação Integral (PCI-2019) da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI), organização que visa promover a cooperação e o intercâmbio entre as cidades da rede, no âmbito do projeto “Estratégia para Implementação da Agenda 2030 e localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.



Impressão
Agência Frutífera

São Paulo, junho 2020.



» Teatro Municipal de São Paulo

Apresentação do Prefeito da Cidade de São Paulo



Estar à frente de uma cidade do porte de São Paulo com 12 milhões de habitantes, dentro de uma região metropolitana de mais de 21 milhões de pessoas, localizada em um país em desenvolvimento, é um desafio de alta complexidade.

O município, que nunca se deixou fechar para o mundo, foi construído por migrantes nacionais e estrangeiros de diversas nacionalidades e crenças que aqui chegaram atraídos por novas oportunidades. Nesses mais de quatro séculos e meio desde sua fundação, em 1554, a cidade de São Paulo tornou-se um dos principais centros culturais, científicos, gastronômicos, financeiros e de negócios do mundo, ao lado de cidades como Nova York, Londres, Xangai, Cidade do México e Tóquio.

Digo isso pois acredito que é importante reconhecermos tanto os nossos desafios quanto as belezas de nossa metrópole, marcada pela diversidade e pelo multiculturalismo que a caracteriza como cidade global.

A Prefeitura de São Paulo possui uma agenda de governo que procura olhar para tudo isso, propondo políticas que são sintetizadas em nosso Programa de Metas. Assim como a Agenda 2030 estabelece

um horizonte para alcançarmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o nosso Programa de Metas, o Plano Plurianual e os planos de políticas setoriais buscam, sempre alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, prover um quadro comum para que todos aqui caminhem na mesma direção, sem deixar ninguém para trás.

O Projeto “Estratégia para a implementação da Agenda 2030 e Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, financiado pela União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), foi e ainda é uma excelente oportunidade para avançarmos na localização dos ODS em nossa cidade. A bem dizer, parcerias internacionais, que se mantêm gestão após gestão, contribuem para um avanço significativo de agendas positivas no município.

Neste momento, enfrentamos uma dura pandemia que atingiu em cheio a saúde e a renda dos cidadãos paulistanos. Aliás, ressalto que o nosso entendimento de paulistanos, não é de quem aqui nasce, mas de todos aqueles que aprenderam a chamar São Paulo de lar.

Partilho do mesmo entendimento do Secretário-Geral da ONU, António Guterrez, de que estaremos seguros somente quando todos estiverem seguros. Por essa



razão, é evidente a necessidade de fortalecermos o multilateralismo, a cooperação e a solidariedade internacionais, que, a meu ver, fortalecem nossas políticas públicas e oferecem aos governos as oportunidades e os meios para superarmos desafios que sozinhos talvez não pudessem ser vencidos.

Tendo isso em vista, a Prefeitura de São Paulo tem trabalhado incansavelmente para fortalecer suas ações de cooperação internacional, pois as consideramos uma ferramenta adicional para a promoção do desenvolvimento local.

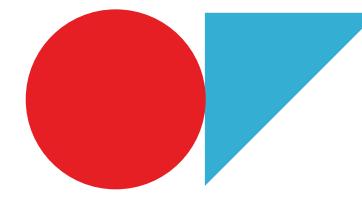
Nas páginas seguintes os leitores terão acesso a uma importante gama de políticas públicas implementadas em São Paulo que dialogam diretamente com a Agenda 2030, assim como ao histórico dos nossos esforços para a localização dos ODS.

A produção desta publicação, com o apoio internacional da rede UCCI, a quem agradeço profundamente pela importante parceria, traduz nosso esforço de entregar à Organização das Nações Unidas um Relatório Local Voluntário (RLV) mesmo diante de uma pandemia global como a que estamos enfrentando. Aqui trabalhamos com o mesmo horizonte aprovado pelos Estados-membros em 2015, durante Assembleia Geral da ONU, e buscamos colocar em prática, no território, os princípios que regem a Agenda 2030.

*Bruno Covas
Prefeito de São Paulo*

A Prefeitura de São Paulo possui uma agenda de governo que procura olhar para tudo isso, propondo políticas que são sintetizadas em nosso Programa de Metas. Assim como a Agenda 2030 estabelece um horizonte para alcançarmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o nosso Programa de Metas, o Plano Plurianual e os planos de políticas setoriais buscam, sempre alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, prover um quadro comum para que todos aqui caminhem na mesma direção, sem deixar ninguém para trás.

sumário



1. São Paulo Cidade do Mundo 9

2. Agenda 2030 do Global ao Local. 14

2.1. Agenda 2030 no Brasil

2.2. Atuação Internacional de São Paulo e o
Desenvolvimento Sustentável

2.3. Localização dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável na Prefeitura
de São Paulo

3. Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas 28

3.1. Grupo de Trabalho Intersecretarial PCS/ODS

3.2. Programa Cidades Sustentáveis

3.3. Observatório de Indicadores da Cidade de
São Paulo (ObservaSampa)

3.4. Sistematização dos Indicadores Disponíveis
para o Monitoramento dos ODS

4. Iniciativas para o Desenvolvimento Sustentável • • • 36

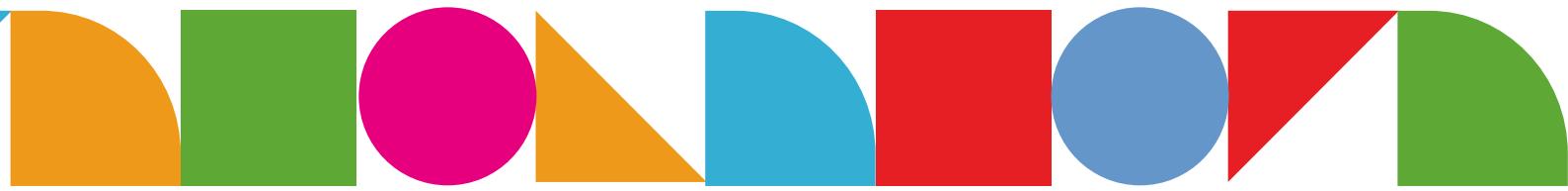
4.1. Dimensão Institucional 37

- Curso de Introdução aos ODS
- Universidade Aberta do Meio Ambiente e
Cultura de Paz

- Currículo Escolar da Cidade
- Plano Diretor Estratégico
- Plano de Ação Climática
- Programa Município Verde Azul
- Plano de Ação em Governo Aberto da
Cidade de São Paulo
- Programa Agentes de Governo Aberto
- Modelo de Simulação das Nações Unidas
para o Ensino Médio
- Selo de Direitos Humanos e Diversidade
- Selo de Acessibilidade Digital
- Central de Intermediação em Libras
- Pátio Digital
- 011.Lab
- MobiLab+
- Open Contracting Partnership
- Portal da Transparência
- Portal Dados Abertos
- Centro de Formação em Controle Interno

4.2. Dimensão Ambiental 50

- Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas
Verdes e Espaços Livres
- Plano de Conservação e Recuperação de
Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais
- Plano Municipal de Arborização Urbana
- Inventário da Biodiversidade do Município de
São Paulo
- Índice BIOSAMPA: 23 indicadores da
biodiversidade paulistana
- Plano Municipal de Conservação e
Recuperação da Mata Atlântica
- Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal do
Município de São Paulo
- Relatório de Gestão Ambiental



• Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas	• Transcidadania
• Projeto Feiras e Jardins Sustentáveis	• Programa Tem Saída
• Programa Ambientes Verdes e Saudáveis	• Programa São Paulo Amigo do Idoso
4.3. Dimensão Econômica • • • • • 58	• Vida Segura - Plano de Segurança Viária 2019-2028
• Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	• Plano Cicloviário
• Programa Municipal de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos	• Programa “Pode Entrar”
• Projeto Ligue os Pontos	• Programa de Urbanização de Favelas
• Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico	• Telecentros
• Programa de Desenvolvimento Econômico Local	• Programa São Paulo Capital da Cultura
• Ade Sampa - Agência São Paulo de Desenvolvimento	• Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de São Paulo
• TEIA	• Programa Virando o Jogo
• Programa Mais Mulheres	• Programa Ruas de Lazer
• Green Sampa	
• Rede Fab Lab Livre SP	
4.4. Dimensão Social • • • • • • • 66	
• Banco de Alimentos da cidade de São Paulo	4.5. Iniciativas de Enfrentamento à Covid-19 • • 81
• Plano Municipal de Saúde	• Saúde
• Núcleo de Prevenção à Violência	• População Indígena
• Plano Municipal pela Primeira Infância	• Zeladoria
• Cardápio Escolar Sustentável	• Resíduos Sólidos
• Hortas Pedagógicas	• População em Situação de Rua
• Núcleo de Educomunicação	• Programa Cidade Solidária
• Educação Escolar Indígena	• Educação
• Embaixadores da Juventude	• Trabalho e Empreendedorismo
• Política Municipal para a População Imigrante	• População Refugiada e Migrante
	Trans e Travesti
	• Pessoa com Deficiência
	• Cultura
	• Serviços Digitais
	• Transparéncia e Acesso à Informação
	5. Conclusão e Desafios Futuros • • • • • 90

1. SÃO PAULO CIDADE DO MUNDO

» Vista do centro de São Paulo



1. São Paulo cidade do mundo

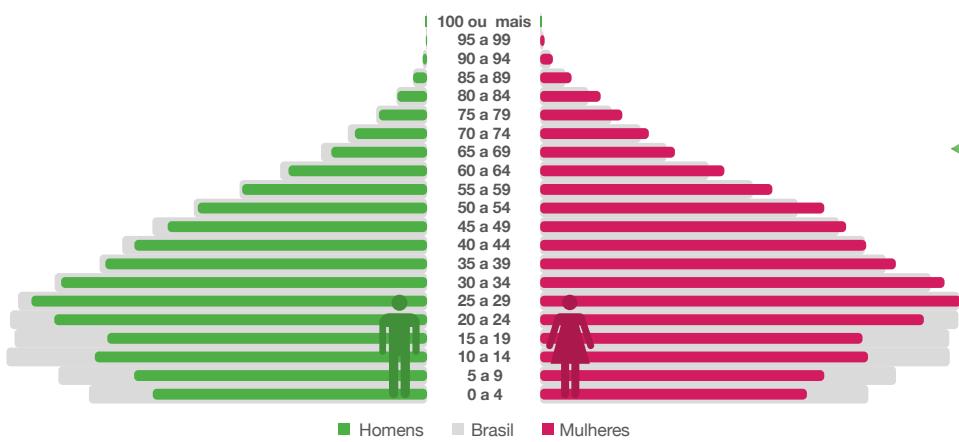
A cidade de São Paulo está localizada na região Sudeste do Brasil e é a capital do Estado de São Paulo. Com extensão territorial de 1.521 km², possui mais de 12 milhões de habitantes e pertence a uma região metropolitana composta por 39 municípios, com uma estimativa de 21,5 milhões de habitantes. A Região Metropolitana foi considerada o 4º maior aglomerado do mundo pela Organização das Nações Unidas, sendo a mais populosa do Brasil, mas também a maior do continente sul-americano, dos países de língua portuguesa e de todo o hemisfério sul.

São Paulo é o marco zero das principais rodovias do Brasil. A partir de São Paulo é possível ter acesso a diferentes rodovias que conectam a cidade ao restante do país, assim como a dois aeroportos comerciais que conectam o município com o Brasil e o mundo.

É muito conhecida pelo seu potencial cultural e econômico e se destaca por ser pólo dinâmico de negócios e eventos. Representa 32,9% do PIB do Estado de São Paulo e 10,6% do PIB do Brasil. Seu retrato em detalhes pode ser visto nos números a seguir.

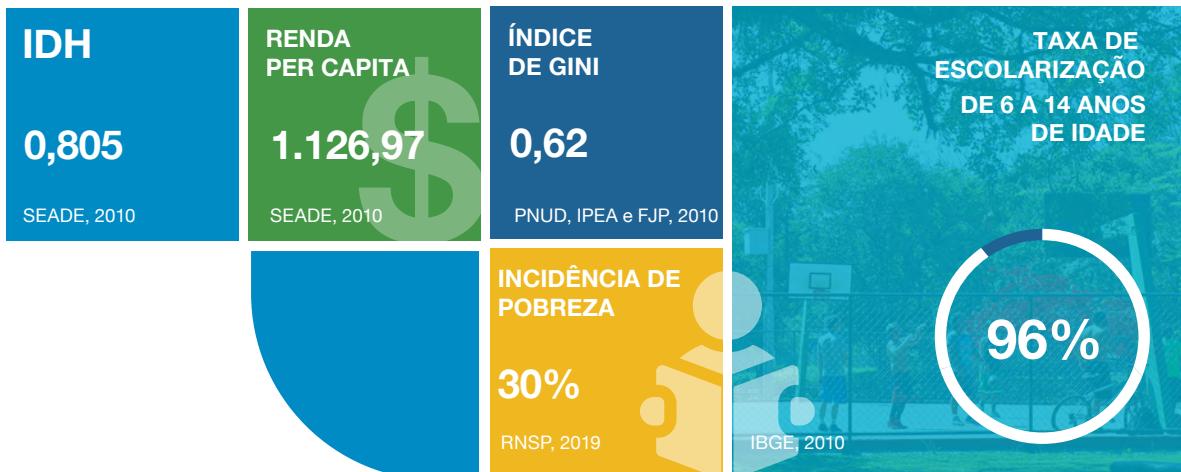
Território e população

POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	ÁREA TERRITORIAL	SUBPREFEITURAS	EXPECTATIVA DE VIDA
12.252.023 habitantes IBGE 2019	7.803,29 hab/km ² SEADE, 2020	1.521,11 km ² SEADE, 2020	32 PMSP, 2020	76,8 Anos SMDHC, 2019





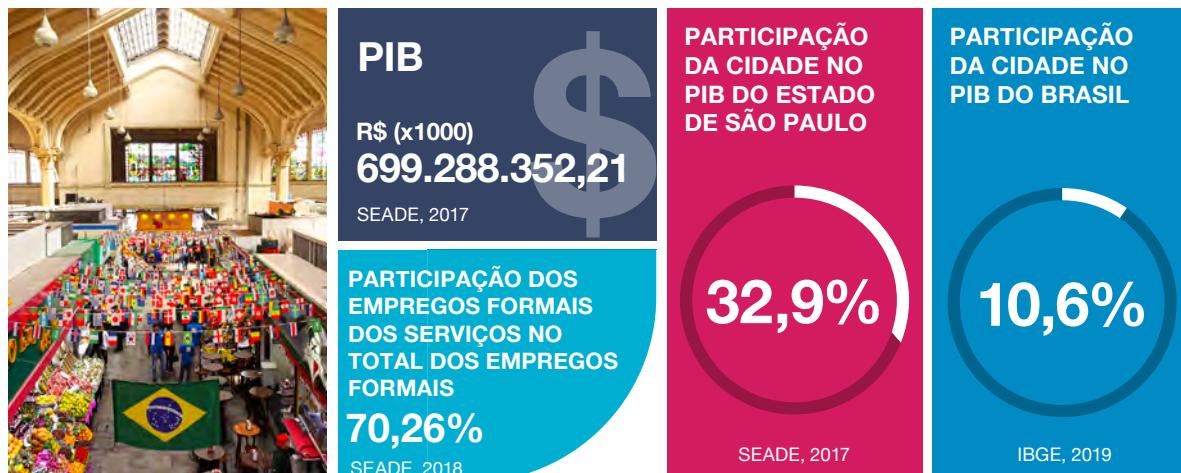
Condições de vida



» Quadra de Basquete no Parque

Ibirapuera – São Paulo

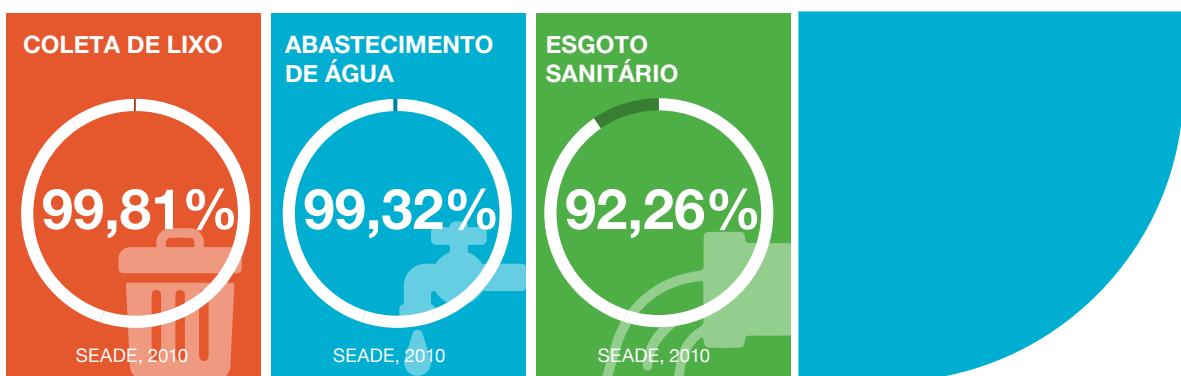
Economia



» Mercado Municipal,

Centro – São Paulo

Acesso a serviços essenciais



» Parque da Independência,
Ipiranga - São Paulo

Meio ambiente



Dados gerais





Cidades-irmãs

Ao todo, a cidade de São Paulo possui 24 cidades-irmãs, são elas:

Abidjan, Assunção, Barcelona, Belmonte, Buenos Aires, Cluj-Napoca, Coimbra, Esmirna, Havana, La Paz, Lima, Lisboa, Macau, Miami-Dade, Milão, Montevidéu, Osaka, Póvoa de Varzim, San Cristóbal de la Laguna, Santiago de Compostela, Santiago, Seul, Xangai e Yerevan.

Redes de Cidades

A cidade de São Paulo atua em diversas Redes Globais de Cidades, entre elas:



Partnership for Healthy Cities



Representações internacionais em São Paulo

Consulados
Gerais

47

Consulados
Honorários

44

Escritórios
Comerciais

13

Câmaras de
Comércio

33



» Vista da marginal do rio Tietê

2.

AGENDA 2030 DO GLOBAL AO LOCAL

» Obelisco Mausoléu aos Heróis de 1932, Parque Ibirapuera – São Paulo





2. Agenda 2030 do global ao local

A Agenda 2030 nasceu de um consenso liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU), após um processo de consulta com os Estados-membros, sociedade civil e outros parceiros, para impulsionar ações de combate à pobreza e para promover o desenvolvimento sustentável, a prosperidade e o bem-estar para o ser humano. O documento foi aprovado em 2015, durante a Assembleia Geral da ONU e é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas distribuídas entre os ODS, trazendo uma dimensão mais concreta e integrada da Agenda.

Essa Agenda é resultado de um processo anterior de debates e conferências internacionais sobre desenvolvimento sustentável, cujo início remonta à Conferência de Estocolmo, que ocorreu na Suécia, em 1972, onde foi trazida pela primeira vez uma preocupação com o impacto do desenvolvimento econômico para o meio ambiente. Como fruto destas discussões, foi criado o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e, anos depois, criou-se também a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, a Comissão publicou o Relatório Brundtland¹, por meio do qual cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável como

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Vinte anos depois, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro. A Conferência também ficou conhecida como Rio 92, ECO-92 ou Cúpula da Terra. Na ocasião,

os países concordaram com a diretriz de promoção do desenvolvimento sustentável. Essa conferência resultou em cinco documentos e na Agenda 21², uma carta de intenções em escala global com metas para um novo padrão de desenvolvimento sustentável, com foco nos seres humanos e na proteção do meio ambiente.

Em face aos desafios sociais e econômicos da época, sobretudo no que tange aos países menos desenvolvidos, os líderes mundiais se reuniram em setembro de 2000, na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU³. Com a Declaração, os países se comprometeram com oito grandes objetivos que, no seu conjunto, almejavam a redução da pobreza e da fome, com prazo de alcance para 2015. Foram denominados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).



Selos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas

No ano de 2012, uma nova Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada no Rio de Janeiro, com a presença de 193 delegações, para renovar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável. A Rio+20, como ficou conhecida, teve como objetivo avaliar o progresso e os desafios para implementação dos acordos globais sobre a temática firmados até a época, além de discutir novos tópicos emergentes. A Conferência teve como

¹ Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future - A/42/427 Annex

² United Nations Conference on Environment & Development - Agenda21

³ Declaração do Milênio - Nações Unidas



foco a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, bem como construir o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Declaração Final da Conferência Rio+20, o documento “O Futuro que Queremos”⁴, lançou o processo intergovernamental para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a criação do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e foi um incentivo ao fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Esse arranjo internacional conduziu os debates nos três anos seguintes e deu início ao processo de consulta global para a construção de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável para o mundo pós 2015.

Dessa forma, em setembro de 2015, durante a Assembleia Geral da ONU, os chefes de Estado adotaram o documento intitulado “Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”⁵, um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A diretriz essencial dessa agenda é “**não deixar ninguém para trás**” e, com isso, objetiva superar as desigualdades, que atingem principalmente os grupos mais vulneráveis. A Agenda 2030 amplia a percepção mais comum a respeito da sustentabilidade como um conceito voltado para o meio ambiente e, por meio dos seus 17 objetivos, abrange a dimensão econômica, social e ambiental mediante cinco eixos:



4. United Nations The future we want I. Our common vision

5. Agenda 2030



Pessoas

Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

» Bairro da Liberdade



Planeta

Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

» Cortejo Modernista – Aniversário de 466 anos da cidade de São Paulo



Parceria

Mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

» Theatro Municipal de São Paulo



Eixos ODS

Paz

Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Prosperidade

Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.



Além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, a Agenda 2030 trata também de meios de implementação e de parcerias globais, bem como sobre o acompanhamento e avaliação da agenda em nível nacional, regional e global.

Como parte de seus mecanismos de acompanhamento e revisão, a ONU incentiva os Estados-Membros a apresentar revisões nacionais do progresso da Agenda 2030 nos níveis nacional e subnacional, liderados e orientados de forma voluntária pelos países. A cada ano, os Estados-Membro apresentam seus Relatórios Nacionais Voluntários durante o Fórum Político de Alto Nível em Nova York, a fim de acelerar a implementação da Agenda 2030 por meio do compartilhamento de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas.



Selos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

2.1 Agenda 2030 no Brasil

Durante sua participação nas rodadas de negociações intergovernamentais que culminaram na Agenda 2030, o governo brasileiro criou um Grupo de Trabalho Interministerial em 2014 composto por seus 27 ministérios com a finalidade de discutir a então chamada Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Após a Assembleia Geral da ONU de 2015, o processo de implementação dos ODS no Brasil foi instituído em outubro de 2016, por meio da criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), de natureza consultiva e paritária, com representantes dos

três níveis de governo e da sociedade civil, constituindo espaço para articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade.

Em outubro de 2017, a CNODS publicou o seu Plano de Ação 2017-2019⁶, o qual destacou dentre as estratégias em curso para implementar a Agenda 2030: (I) o lançamento do Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS; (II) o mapeamento da relação entre as políticas públicas vigentes nos Ministérios e o Plano Plurianual 2016-2019, documento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual e

6. [Plano de Ação 2017 – 2019](#)



Municipal ao longo de um período de quatro anos, com as metas dos ODS para verificação de suficiência e possíveis lacunas; (III) a adequação das metas globais à realidade nacional; (IV) a definição dos indicadores nacionais dos ODS; (V) o desenvolvimento de ferramentas/plataformas para disseminação dos ODS; e (VI) processos e iniciativas de interiorização/localização da Agenda 2030 em todo território nacional.

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficaram responsáveis pelo assessoramento técnico permanente à Comissão, definindo a discussão sobre indicadores para o monitoramento dos ODS e sua adequação à realidade nacional.

Em dezembro de 2018, a Comissão Nacional para os ODS divulgou o relatório de atividades 2017 – 2018⁷, que resume o caminho de implementação da Agenda 2030 no Brasil, por meio dos principais fatos, ações e realizações referentes ao primeiro mandato da Comissão, bem como os principais desafios do futuro.

Além de estabelecer as diretrizes e os principais desafios a serem superados durante esse primeiro ano de atividade, foi criada a Câmara Temática para “Parcerias e Meios de Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” no âmbito da Comissão. A finalidade da Câmara Temática, cuja vigência foi até junho de 2019, era de subsidiar as decisões da CNODS por meio da elaboração de estudos técnicos e propostas referentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas e ações necessárias à concretização dos objetivos e das metas da Agenda 2030. Seu relatório de atividades 2018 – 2019 da CTPMI⁸, foi divulgado em 11 de novembro de 2019.

Com a liderança de uma nova gestão, a partir de 2019 o governo brasileiro alterou significativamente as diretrizes para o cumprimento da Agenda 2030. Em abril do mesmo ano, foi publicado um decreto que extinguiu a Comissão Nacional para os ODS. Contudo, o relatório “Agenda 2030 - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”⁹ foi apresentado no III Fórum sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizado na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em abril de 2019, em Santiago, no Chile. O documento, consolidado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentou as propostas de adequação das metas globais à realidade brasileira.

Desde então, a governança da Agenda 2030 no âmbito federal, passou a ser de competência da Secretaria Especial de Articulação Social, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Dentre suas ações está a iniciativa “Metas ODS”, que tem por objetivo a continuidade do processo de nacionalização das metas para os 17 ODS, e a identificação das ações e programas do Governo Federal que contribuem para o seu alcance, atualizando as metas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o período de 2020 a 2022.



⁷. Comissão Nacional ODS | Relatório de Atividades 2017-2018

⁸. CNODS CTPMI

⁹. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



2.2

Atuação internacional de São Paulo e o desenvolvimento sustentável

A Agenda 2030 é um grande marco para os países, mas também para os entes locais, estados e municípios, na busca pela sustentabilidade. O documento inova ao reconhecer, por meio do ODS 11 “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, que o desenvolvimento sustentável perpassa por decisões que são tomadas no âmbito das cidades e que, portanto, estas são atores imprescindíveis para a sua concretização. Além disso, a partir de seus objetivos e metas, essa agenda permite, de maneira mais concreta, uma aproximação dessas diretrizes com a realidade local, facilitando o processo de sua implementação.

O impacto das ações humanas no meio ambiente e o enfrentamento às mudanças climáticas é um dos pilares centrais do desenvolvimento sustentável. As cidades têm assumido protagonismo no tema, visto que é fundamental que haja o envolvimento e coordenação de diversos atores, para cumprir as metas acordadas pelos Estados. O município de São Paulo, faz parte desse movimento global e intensificou suas ações em âmbito local, nacional e internacional, buscando construir diretrizes sólidas para a edificação de uma cidade resiliente e adaptada às mudanças climáticas.

No ano de 2015, São Paulo passou a integrar o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, promovido pela rede de cidades ICLEI (Governos Locais para a Sustentabilidade), uma aliança global de municípios e governos locais, comprometidos a combater ativamente às mudanças climáticas. Enquanto membro do Pacto, a cidade se comprometeu a reduzir ou limitar as emissões de gases de

efeito estufa, preparar-se para os impactos provenientes das alterações no clima e aumentar o acesso à energia segura, sustentável e acessível a todos.

Um grande desafio que as cidades enfrentam é estabelecer uma relação sustentável entre as áreas urbana e rural. Em 2016, São Paulo foi vencedora do prêmio principal do *Mayors Challenge*, promovido pela Bloomberg Philanthropies com o projeto “Ligue os Pontos”. A organização premiou iniciativas inovadoras em políticas públicas das cidades da América Latina e do Caribe. O objetivo principal do projeto é promover a sustentabilidade socioambiental do território

rural na região sul da cidade de São Paulo, fortalecendo a cadeia de valor da agricultura local com o uso da tecnologia como ferramenta de integração e coordenação entre iniciativas e partes interessadas.

o desenvolvimento sustentável perpassa por decisões que são tomadas no âmbito das cidades e, portanto, estas são atores imprescindíveis para a sua concretização.

Em 2018, São Paulo deu um grande passo para a redução de emissões dos gases causadores do efeito estufa (GEE) na cidade. Com a assinatura do documento *Deadline 2020*, proposto pela C40 (Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática), o município se comprometeu a desenvolver um caminho para neutralizar as emissões de GEE até 2050, além de definir uma meta provisória para 2030. Esse acordo prevê a elaboração de um Plano de Ação Climática, que deve conter metas de mitigação das emissões em sua implementação, e garantir um acesso igualitário aos mecanismos de adaptação às mudanças do clima.

O desenvolvimento sustentável deve ocorrer de forma integrada e através de diferentes eixos. Um tema primordial



à redução das desigualdades, ao combate à fome e à preservação do meio ambiente é a segurança alimentar. O projeto “Da terra à mesa: como a cidade de São Paulo está promovendo um desenvolvimento local e sustentável através da alimentação escolar”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, tem como objetivo garantir a qualidade dos alimentos consumidos por estudantes da rede municipal na merenda, aliado à promoção da agricultura familiar orgânica. Tal projeto, recebeu uma menção honrosa na categoria “Produção de Alimentos” durante a 4ª Reunião Anual e Cúpula de Prefeitos do Pacto de Milão, em setembro de 2018, em Tel Aviv. O prêmio busca valorizar políticas públicas das cidades signatárias do Pacto de Milão que, desde 2016, pretende incentivar sistemas alimentares saudáveis no planeta.

No mesmo mês, São Paulo também foi premiadanaáreadaeducação pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por sua política “Livro Aberto: um impulso de transparência e colaboração na educação pública de São Paulo”, promovida pela Secretaria Municipal de Educação na categoria “Participação cidadã e geração de confiança”. A iniciativa premiada é um pacote de ações que propõe a ampliação da transparência e do acesso à informação sobre as políticas educacionais da cidade de São

Paulo. O prêmio foi entregue durante o *Smart City Expo LATAM* na cidade de Puebla, no México. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes faz parte das metas da Agenda 2030, para promover sociedades mais pacíficas e inclusivas.

O compromisso da Prefeitura em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi reforçado pelo Memorando de Entendimento assinado com a Organização das Nações Unidas, em 13 de novembro de 2018. O objetivo do Memorando é criar um marco de cooperação, facilitar e fortalecer a colaboração entre as partes, de forma não exclusiva, em áreas de interesse comum para a promoção e o alcance da Agenda 2030.

A Agenda 2030 pauta a necessidade de construirmos ambientes acessíveis, inclusivos e adequados para todos. Para tanto, é importante também eliminar estereótipos e discriminações que perpetuam qualquer tipo de exclusão. Reconhecendo a acessibilidade como um direito humano fundamental e propondo ações que visam a inclusão de pessoas com deficiência, a rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), em parceria com a organização *World Enabled*, propôs o Pacto Global sobre Cidades Inclusivas e Acessíveis. A declaração, vai de acordo com o conceito de “Cidades para Todos” (#CitiesForAll) da Nova Agenda Urbana da ONU, da Agenda 2030, da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e das Cidades Amigas dos Idosos da OMS.

A Agenda 2030 pauta a necessidade de construirmos ambientes acessíveis, inclusivos e adequados para todos. Para tanto, é importante também eliminar estereótipos e discriminações que perpetuam qualquer tipo de exclusão.

São Paulo aderiu ao Pacto no momento de seu lançamento, junto às cidades de Berlim (Alemanha), Nova York e Chicago (EUA), Amã (Jordânia) e El Aiune (Marrocos), em dezembro de 2018, em Berlim. Os compromissos estabelecidos pelo Pacto Global sobre Cidades Inclusivas e Acessíveis incluem ações pela não discriminação de pessoas com deficiência, pela participação na sociedade, pela elaboração de programas e políticas públicas inclusivas, além de acessibilidade física e digital. Desde sua assinatura, a Prefeitura de São Paulo tem assumido

uma posição de liderança dentro do Pacto e se posicionado no debate internacional sobre acessibilidade através da participação ativa em redes de cidades e conferências internacionais.

Reducir as desigualdades está entre os objetivos da Agenda 2030 (ODS 10) e o tema da migração e da mobilidade ordenada, segura, regular e responsável faz parte de suas metas. As cidades são diretamente afetadas pelos fluxos migratórios e portanto, se posicionar internacionalmente sobre esta questão complexa é fundamental. Em 2018, a Prefeitura de São Paulo endossou a importância do papel das cidades no que tange ao Pacto Global para Migração por meio da “Submissão Conjunta de Recomendações de Cidades ao Pacto Global de Migração”, iniciativa liderada pela cidade de Nova York. Nesse mesmo ano, a cidade se



comprometeu com o Pacto Global sobre o Refúgio, através da Declaração de Marraquexe “Cidades Trabalhando Juntas pelos Migrantes e Refugiados”, apresentada no 5º Fórum de Prefeitos, em Marraquexe.

O Prefeito da cidade de São Paulo, Bruno Covas, também é membro do Conselho de Prefeitos pela Migração (em inglês, *Mayors Migration Council*). Fundado em 2018, tem como principal objetivo impulsionar o protagonismo e a liderança dos prefeitos na formulação das políticas de migração, buscando facilitar o acesso, a voz e a influência de cidades ao redor do mundo em deliberações internacionais referentes a questões de migração e refúgio.

Outra frente muito debatida no âmbito do desenvolvimento sustentável é o atual modelo industrial, baseado principalmente na cultura de extração e desperdício. Dado o cenário crítico de crise ambiental, desigualdade social e dificuldade de acesso a recursos básicos por grande parte da população mundial, é urgente o fortalecimento de modelos de produção e consumo sustentáveis. Nesse sentido, São Paulo firmou dois acordos com a Fundação Ellen MacArthur (EMF), entidade internacional de caráter filantrópico que promove a economia circular nos diferentes setores produtivos. Como desdobramento dessa parceria, em março de 2019, o Prefeito Bruno Covas oficializou a participação do município no Compromisso Global da Nova Economia do Plástico, por meio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb).

Em consonância com esse posicionamento internacional, foi sancionada a lei 17.123/19, que proíbe o uso de canudos plásticos em estabelecimentos no município de São Paulo, como bares, restaurantes e padarias. Posteriormente, a lei nº 17.261/20, também sancionada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, proibiu o fornecimento de copos, talheres, pratos e outros plásticos de uso único.

Dentre as inúmeras iniciativas internacionais que a Prefeitura de São Paulo tem empreendido para debater a sustentabilidade em suas diversas faces, destaca-se também o fato de ter recebido, em 24 de maio de 2019, o evento “ODS e Políticas de apoio à família”. Na ocasião, especialistas da ONU e de outras organizações, incluindo a Prefeitura de São Paulo, abordaram um assunto de extrema

relevância: os resultados da pesquisa global “*Sustainable Development Goals & Families*”, desenvolvida pela International Federation for Family Development (IFFD), em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). O evento foi organizado por meio de uma parceria entre a Prefeitura e a *Family Talks*, organização filiada ao International Federation for Family Development. O IFFD promove estudos e ações para valorizar a participação da família no desenvolvimento social e possui status consultivo geral no Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC).

Nesse contexto, a Prefeitura de São Paulo foi convidada a fazer parte do projeto “*Inclusive Cities for Sustainable Families*”, que aborda a importância de políticas de apoio às famílias para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A adesão ao projeto se deu pela assinatura da Declaração de Veneza, em setembro de 2019, que prevê dez compromissos para as cidades assumirem nessa temática e trata da centralidade das famílias, enquanto agentes produtivos, engajados e capazes de contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Outra interação de destaque com organizações internacionais para tratar da agenda de sustentabilidade, foi a participação do Prefeito Bruno Covas no Fórum Político de Alto Nível (HLPF), em julho de 2019. Esse fórum é a principal plataforma das Nações Unidas para discutir desenvolvimento sustentável. Por meio da participação de São Paulo no painel “*Local 2030 - Sustainable Development Goals*” organizado pela CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos), o Prefeito compartilhou as ações da cidade para o cumprimento do ODS 13 “Ação contra a mudança global do clima”, fortalecendo o protagonismo de São Paulo para o cumprimento dos ODS e do Acordo de Paris.

Reforçando o compromisso com a Agenda 2030, em setembro de 2019 a cidade de São Paulo, por meio de uma parceria com o Programa Cidades Sustentáveis e o Banco Mundial, sediou e promoveu um fórum de discussão sobre o desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e resiliente, o 3º Encontro Global da Plataforma Cidades Sustentáveis e a 2ª Conferência Internacional para Cidades Sustentáveis, sob o tema “Catalisando Futuros Urbanos Sustentáveis”. Na ocasião, foi assinada pelo Prefeito Bruno



Covas uma declaração da cidade, a **São Paulo Statement**, que destaca a importância da atuação dos governos locais na redução das emissões e transição para uma economia de baixo carbono, proteção à biodiversidade existente nas cidades e a busca de soluções baseadas na natureza com equidade social.

Durante o evento, o Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com a OXFAM Brasil, promoveu o “Prêmio Cidades Sustentáveis”. São Paulo foi contemplada com uma menção honrosa pelo programa da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, “Selo de Acessibilidade Digital”, que certifica sítios e portais eletrônicos que cumprem com critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente. Essa premiação, teve como objetivo destacar políticas públicas acessíveis nos municípios signatários do Programa Cidades Sustentáveis.

Outro reconhecimento importante de suas políticas voltadas para sustentabilidade foi o Prêmio Pacto de Milão para Políticas de Alimentação Urbana. Em outubro de 2019, pelo segundo ano seguido, a Prefeitura de São Paulo recebeu uma menção honrosa, dessa vez com o Programa Municipal de Combate ao Desperdício. Promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, o programa coleta alimentos em feiras livres e mercados municipais que estão em boas condições de consumo, mas que seriam descartados por não possuir valor comercial e doa para mais de 300 entidades assistenciais, cadastradas junto ao Programa Banco de Alimentos da Prefeitura.

Reforçando seu compromisso com o combate às mudanças climáticas, em dezembro de 2019, São Paulo enviou representantes para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP25, em Madri. A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), reunião que ocorre anualmente, para que os países e governos locais discutam estratégias de mitigação das mudanças climáticas. Nessa ocasião, o Secretário de Relações Internacionais,

Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, teve a oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, no que diz respeito ao reflorestamento urbano e transporte coletivo público.

As redes internacionais de cidades têm sido parceiras fundamentais para o fomento da Agenda 2030 a nível local e para o apoio da participação de São Paulo nos fóruns internacionais sobre a sustentabilidade. Em maio de 2019, o projeto de cooperação “São Paulo e Cidade do México: estratégia para a implementação da Agenda 2030 e Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, liderado pela equipe de relações internacionais da Prefeitura de São Paulo, foi selecionado pela Convocatória de Projetos de Cooperação Integral da rede União de Cidades Capitais Iberoamericanas (UCCI), na categoria de “Ações de Formação e Conhecimento”. O projeto contou com um investimento não reembolsável para a troca de experiências entre São Paulo e a Cidade do México sobre soluções urbanas sustentáveis, como parte da estratégia para a implementação da Agenda 2030 e a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na região.

a São Paulo Statement (...) destaca a importância da atuação dos governos locais na redução das emissões e transição para uma economia de baixo carbono, proteção à biodiversidade existente nas cidades e a busca de soluções baseadas na natureza com equidade social.

Foram realizadas duas missões para trocas de experiências, sendo uma de São Paulo para a Cidade do México, realizada entre 20 e 23 de janeiro de 2020 e outra da Cidade do México para São Paulo entre 17 e 19 de fevereiro de 2020, proporcionando o compartilhamento de experiências. Ambas as missões envolveram intercâmbio de políticas públicas com servidores de diferentes áreas, como mobilidade, meio ambiente, gênero, governo aberto, entre outras, além de visitas técnicas à equipamentos municipais. Observou-se um alto grau de replicabilidade das ações, uma vez que São Paulo e a Cidade do México possuem realidades e desafios semelhantes em relação à implementação de agendas globais.

Em fevereiro de 2020, no âmbito parceria com a Fundação Ellen MacArthur, a Prefeitura assinou o acordo de Cidade



Emblemática da Iniciativa de Alimentos. Ao lado de Nova York e Londres, São Paulo foi escolhida para colaborar com a organização internacional Fundação Ellen MacArthur pelos próximos três anos no estabelecimento de metas na transição para uma economia circular dos alimentos, ajudando também a alcançá-las por meio da facilitação de conexões e colaboração com outros atores relevantes do sistema alimentar.

Ainda no mês de fevereiro do mesmo ano, ocorreu a 58ª Sessão da Comissão para Desenvolvimento Social e o Fórum Multi-stakeholder, este último organizado pelo *International Federation for Family Development* durante as discussões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) na cidade de Nova York. O evento, teve como objetivo discutir as principais boas-práticas de políticas e projetos da cidade no tema de habitação voltada para população vulnerável.

O ECOSOC é um espaço de discussão tradicionalmente composto por representantes de governos nacionais. Nesta edição, o Fórum Multi-stakeholder abriu espaço para participação dos governos locais, ampliando sua voz neste espaço internacional. Na ocasião, quatro cidades, uma de cada continente, foram convidadas para compartilhar suas políticas públicas e São Paulo participou representando a América Latina. Assim, a presença de São Paulo nesse evento traduz seu engajamento e compromisso com políticas de desenvolvimento social, posicionando São Paulo dentro das discussões de habitação e direitos humanos a nível global.

Para além da participação em eventos do sistema de governança global, é importante destacar que São Paulo aderiu à Revisão Local Voluntária (RLV). No ano de 2018, a cidade de Nova York desenvolveu o conceito de RLV, apresentando o progresso da Agenda 2030 a nível local, e foi o primeiro governo local a submetê-lo às Nações Unidas. Desde então, o governo de Nova York, com o apoio das Nações Unidas, organizações da sociedade civil e outras autoridades locais, vem divulgando este ato simbólico para outras cidades.

Em setembro de 2019, o Prefeito de Nova York, Bill de Blasio, enviou uma carta ao Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, convidando-o a aderir a este compromisso. Ao assinar a Declaração, São Paulo se compromete a compartilhar informações sobre as políticas relacionadas à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através do RLV, e tem a oportunidade de trocar experiências com as demais cidades que se somaram à proposta.

Outro importante compromisso que São Paulo aderiu em abril de 2020, é o Pacto Global das Nações Unidas. O Pacto Global é uma iniciativa voluntária, que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e

da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras, de modo a engajar diversos setores a desenvolver ações que contribuam para o alcance da Agenda 2030.

Ao lado de Nova York e Londres, São Paulo foi escolhida para colaborar com a organização internacional Fundação Ellen MacArthur pelos próximos três anos no estabelecimento de metas na transição para uma economia circular dos alimentos

Em comemoração ao seu 75º aniversário, a Organização das Nações Unidas lançou uma discussão global sobre o papel da cooperação internacional na construção do futuro. Os governos locais desempenham um papel central na compreensão do multilateralismo e gestão das tendências globais. Assim, a CGLU lançou mão de consultas regionais para coletar contribuições locais, para

integrá-las a um relatório que será apresentado às Nações Unidas. No dia 22 de maio de 2020, São Paulo participou da consulta on-line feita à representantes locais da América Latina e Caribe organizada por UCCI, Mercociudades, Aliança Euro-latinoamericana de cooperação entre cidades (AL-LAS) e a Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA). A cidade foi representada pelo Secretário de Relações Internacionais, Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, que evidenciou a importância dos governos locais para o cumprimento das agendas globais e a necessidade de ampliação da participação das cidades nos debates das Nações Unidas.

O primeiro semestre do ano de 2020 tem sido marcado pela crise gerada pela Covid-19, intensificando a importância de



alcançarmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que reforça dificuldades já enfrentadas pelos governos locais e traz novos desafios. Sendo as cidades a linha de frente de combate à pandemia, desde março, a Prefeitura de São Paulo tem se mobilizado para buscar referências internacionais de iniciativas bem sucedidas de cidades, países e Organizações Internacionais para lidar com a crise em diversas áreas, com o objetivo de inspirar as secretarias-fim da municipalidade a dar uma resposta eficiente no combate da Covid-19.

Além disso, a Prefeitura de São Paulo iniciou uma parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde, braço da Organização Mundial da Saúde no continente americano, como parte do empenho por uma resposta qualificada à crise da Covid-19. Com a coordenação da área de relações internacionais, essa parceria vem sendo desenvolvida em conjunto com diversas pastas da Prefeitura, como Saúde, Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Licenciamento, e pretende gerar impactos importantes para os cidadãos paulistanos.

Em 2050, espera-se que dois terços da população mundial vivam nas cidades, e são os governos locais que sentem o impacto e lidam primeiro com as consequências diretas dos grandes desafios globais. Através dos compromissos internacionais, da participação em redes de cidades e seus fóruns de discussão, dos projetos de cooperação e trocas de experiências, e da participação em importantes eventos internacionais, São Paulo vem fortalecendo suas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, impactando diretamente para a transformação da realidade social, ambiental e econômica da cidade.

Inspirada nos grandes consensos e agendas internacionais, São Paulo está engajada com a promoção do desenvolvimento sustentável em suas diversas faces, enfrentando sua parcela de responsabilidade no grande chamado para a transformação, que é a Agenda 2030.

2.3

Localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável na prefeitura de São Paulo

A localização dos ODS consiste em estabelecer um alinhamento entre as políticas públicas locais e a Agenda 2030 na busca do desenvolvimento sustentável desses territórios, adequando às suas respectivas realidades.

“Localização” é o processo de levar em consideração os contextos subnacionais na realização da Agenda 2030, desde o estabelecimento de objetivos e metas até a determinação dos meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso. Localização refere-se tanto à forma como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS por meio de ações “de baixo para cima”, quanto a forma como os ODS podem fornecer

um arcabouço para uma política de desenvolvimento local. (ONU, 2016, p.12).

Na cidade de São Paulo, a criação dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) por meio da lei 14.887, de janeiro de 2009, representou uma importante ação do município para a localização de uma agenda global de desenvolvimento. Dentre outras atribuições, o CADES ficou responsável pela implementação da “Agenda 21 Local”, no âmbito de cada Prefeitura Regional da cidade de São Paulo. Após o estabelecimento da Agenda 2030, com a Portaria 90/SVMA – G/2015, de 05 de dezembro de 2015, o CADES Regional passou a adotar os ODS como diretriz de suas ações.



Com a pauta ainda fortemente relacionada à questão ambiental no âmbito da Prefeitura de São Paulo e, inclusive, devido à vinculação do CADES à Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), a referida pasta continuou responsável pela agenda no âmbito da municipalidade. Em junho de 2017, por meio do decreto nº 57.718, houve a criação da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com finalidade semelhante às comissões de âmbito federal e estadual: “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030”.

Ainda que na Agenda 2030 já tivessem menções explícitas em outros registros institucionais, foi a partir do Programa de Metas 2017-2020, desde a sua versão preliminar, publicada em março de 2017, que os ODS ganharam espaço em um instrumento de planejamento governamental de maior relevância.

O Programa de Metas contempla as prioridades da gestão municipal para os quatro anos de mandato e deve se basear no plano de governo do candidato eleito e no Plano Diretor Estratégico. É uma exigência da Lei Orgânica do Município, desde 2008, fruto de uma pressão da sociedade civil para a institucionalização de um instrumento de planejamento e gestão, que favoreça o controle social por meio do monitoramento da execução das ações e cumprimento das metas de forma setorializada e regionalizada.

(...) buscaram-se referências nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Os projetos nos quais os princípios transversais aparecem de maneira mais evidente foram indicados com selos específicos. Assim, São Paulo passa a ser referência mundial na municipalização dos objetivos da ONU para a sustentabilidade. (Programa de Metas Cidade de São Paulo 2017-2020)

Como resultado, os ODS foram vinculados ao Programa de Metas (PdM) 2017-2020 e à sua Revisão Programática 2019-2020. Cada um dos 36 Objetivos Estratégicos do PdM foi vinculado a um (ou mais) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. No Relatório de Execução Anual de 2019, foi dedicado um esforço adicional de

vinculação de cada uma das metas do PdM a uma (ou mais) metas associadas aos 17 ODS. Dessa forma, é possível visualizar com maior clareza como a execução do Programa de Metas contribui para o alcance da Agenda 2030 da ONU no município de São Paulo.

Em 2017, foi também vinculado aos ODS o Plano Plurianual (PPA) 2018-2021. Aprovado pela Câmara Municipal, na forma da Lei nº 16.773, de dezembro de 2017, o PPA é o instrumento de planejamento orçamentário central de um governo e determina na forma de programas e ações as prioridades da Prefeitura. Considerado o principal instrumento de planejamento público, o PPA possui previsão constitucional e é obrigatório para todos os entes.

Os programas previstos pelo Plano Plurianual obedecem à diretriz da regionalização das ações e estão em consonância com os projetos que compõem o Programa de Metas 2017-2020, os 17 (dezessete) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável elaborados no âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU e o Plano Diretor vigente. (PPA - Cidade de São Paulo, 2018-2021)

É de extrema relevância os ODS serem diretrizes também para o PPA e não somente para o Programa de Metas (PdM). O Plano Plurianual (PPA), além de incorporar as estratégias estabelecidas no Programa de Metas, tem por objetivo dar transparência à aplicação de recursos e aos resultados obtidos ao longo da gestão. A elaboração e apresentação à Câmara Municipal acontecem sempre no primeiro ano de mandato do Prefeito e sua vigência tem início no segundo ano de mandato e término no primeiro ano da gestão seguinte. O intuito dessa vigência é garantir a continuidade das políticas públicas planejadas, mesmo com a eventual descontinuidade administrativa.

(...) conclui-se que a aprovação do projeto de lei ora apresentado é medida que contribuirá para com o reforço para cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a aplicação das metas assumidas pela República Federativa do Brasil em âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2017)



Então, em 2 de fevereiro de 2018, com a promulgação da lei municipal nº 16.817, a Agenda 2030 é ratificada como diretriz das políticas públicas de São Paulo e fica instituído o “Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas”.

Fica instituído o dever dos Poderes Executivo e Legislativo municipais em adotar, quando pertinentes, os 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as correlatas metas que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como parâmetros orientadores e estratégicos de todas as atividades, políticas públicas e intervenções governamentais, inclusive com a divulgação dos ODS que estarão a ser fomentados em cada intervenção, promovendo campanhas educativas e de conscientização sobre a importância da integração de todas as iniciativas em prol da sustentabilidade. (lei nº.16.817/2018)

Adicionalmente, a lei prevê a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, acrescentando novas atribuições se comparado ao decreto nº 57.718/2017. O fato de a lei conceder à Comissão caráter deliberativo, e não somente consultivo como previsto anteriormente pelo decreto, concede à instância colegiada paritária poder de decisão nas políticas públicas municipais relacionadas à Agenda 2030, fortalecendo o papel da sociedade civil no ciclo das políticas públicas.

Ainda, destaca-se que a promulgação da lei municipal nº 16.817/2018 foi de iniciativa do legislativo, cujo papel na implementação dos ODS é reconhecido inclusive pela ONU. Em publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulada “O Papel dos Parlamentos na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (2018)¹⁰, é mencionada a iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo.

Em decorrência da lei nº 16.817/2018, foi instituído em outubro de 2019 o decreto nº 59.020, que regulamenta a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, sob a presidência da Secretaria de Governo Municipal. O decreto prevê ainda a existência de um Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI), para a definição e monitoramento de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que subsidiará os trabalhos da Comissão na elaboração do Plano de Ação para Implementação. A constituição da Comissão configura um importante arranjo entre governo e sociedade para implementação da Agenda 2030 no município de São Paulo e reafirma o compromisso assumido pela Prefeitura de São Paulo junto à Organização das Nações Unidas (ONU), ao assinar Memorando de Entendimento em 2018.

Em vias de ser empossada, a apelidada “Comissão Municipal ODS” terá como principal atribuição a elaboração do “Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, conforme artigo 2º do decreto nº 59.020/2019. Instrumento esse que, quando concluído, oferecerá à Prefeitura de São Paulo mais subsídios para a elaboração de futuros Programas de Metas. Destaca-se que o processo de seleção pública de representantes da Sociedade Civil para integrarem a “Comissão Municipal ODS” já se encontra em sua fase final e pode ser acompanhado por meio do site da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

¹⁰. [O Papel dos Parlamentos para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](https://bit.ly/2CVaP3x)



3.

PROGRAMA MUNICIPAL DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

» Parque Ibirapuera - São Paulo





3. Programa municipal de implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas

Visando colocar em prática o Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030, conforme estabelecido pela lei municipal nº 16.817/2018, a Prefeitura Municipal de São Paulo vem empreendendo esforços para integrar os atores sociais e políticos envolvidos na localização dos ODS. A condução do processo de seleção dos representantes da Sociedade Civil para a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável representa a dimensão externa do fomento ao diálogo entre atores públicos e privados para elaboração do Plano de Ação, para Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Do ponto de vista do fomento ao diálogo interno, entre as diversas secretarias e órgãos da Prefeitura foi instituído um Grupo de Trabalho Intersecretarial. Ele atende à internalização, à difusão e à transparência do processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito municipal, fomentando o acesso e a produção de dados. Tal grupo tem como função subsidiar a “Comissão Municipal ODS”, no monitoramento do desempenho dos 17 ODS, auxiliando na parametrização de seus indicadores e na elaboração dos relatórios resultantes.

» Lago do Parque Ibirapuera - São Paulo



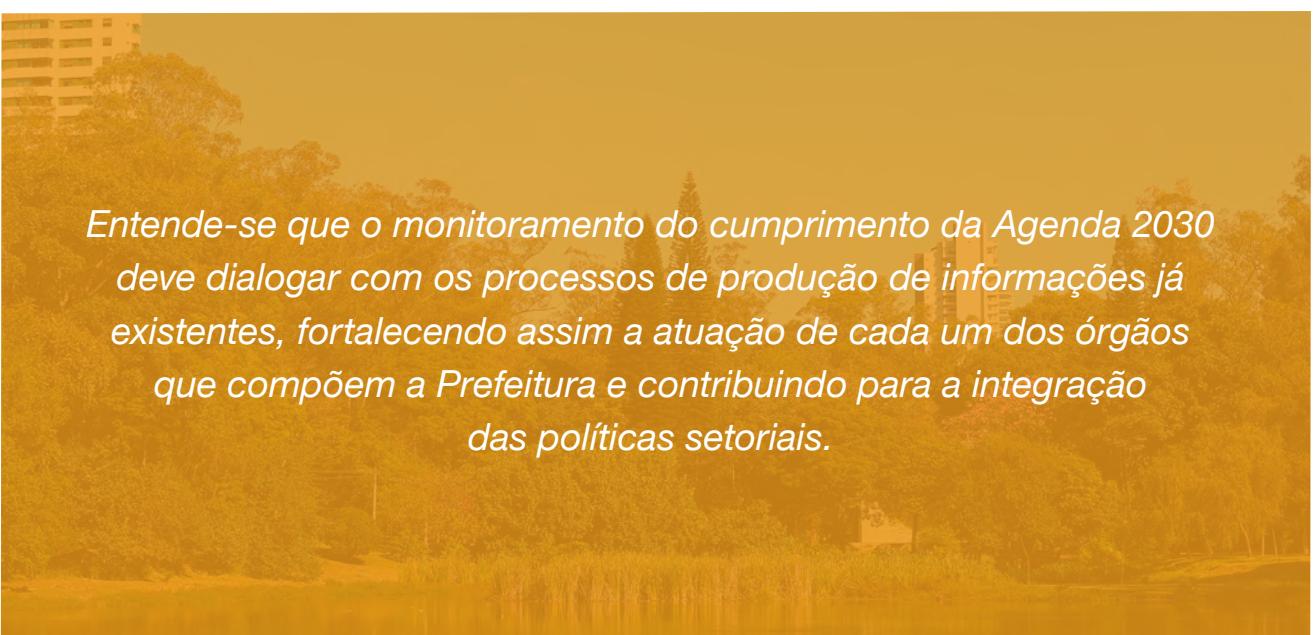


3.1

Grupo de Trabalho Intersecretarial PCS/ODS

O decreto municipal nº 59.020, que formalizou a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, previu também a criação de um Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI), para a definição e monitoramento de indicadores da Plataforma Cidades Sustentáveis (PSC) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esse Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI PCS/ODS), cuja criação foi formalizada em dezembro de 2019, já vinha trabalhando informalmente desde agosto de 2019, envolvendo diretamente mais de 50 pessoas e 26 órgãos municipais. Entende-se que o monitoramento do cumprimento da Agenda 2030 deve dialogar com os processos de produção de informações já existentes, fortalecendo assim a atuação de cada um dos órgãos que compõem a Prefeitura e contribuindo para a integração das políticas setoriais. Nesse sentido, em agosto de 2019, foi iniciada a sistematização das informações já produzidas pela Prefeitura de São Paulo, que podem ser utilizadas para monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa sistematização buscou adequar para a realidade municipal cada uma das 169 metas dos ODS, resultando em uma proposta de municipalização das temáticas que compõem a Agenda 2030.



Entende-se que o monitoramento do cumprimento da Agenda 2030 deve dialogar com os processos de produção de informações já existentes, fortalecendo assim a atuação de cada um dos órgãos que compõem a Prefeitura e contribuindo para a integração das políticas setoriais.

» Parque Aclimação, Aclimação - São Paulo



Integram formalmente o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI PCS/ODS):

- 
- 1 Secretaria de Governo Municipal - SGM
 - 2 Gabinete do Prefeito - Coordenadoria de Relações Internacionais
 - 3 Casa Civil - Coordenação de Diálogo e Participação Social
 - 4 Secretaria Municipal da Fazenda - SF
 - 5 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED
 - 6 Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB
 - 7 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS
 - 8 Secretaria Municipal de Cultura - SMC
 - 9 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET
 - 10 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU
 - 11 Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC
 - 12 Secretaria Municipal de Educação - SME
 - 13 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEME
 - 14 Secretaria Municipal de Gestão - SG
 - 15 Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB
 - 16 Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT
 - 17 Secretaria Municipal de Justiça - SMJ
 - 18 Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL
 - 19 Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT
 - 20 Secretaria Municipal da Saúde - SMS
 - 21 Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU
 - 22 Secretaria Municipal de Turismo - SMTUR
 - 23 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA
 - 24 Procuradoria Geral do Município - PGM
 - 25 Controladoria Geral do Município - CGM
 - 26 Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB

» Pátio do Colégio, Centro - São Paulo

Adicionalmente, foram contatados informalmente outros setores, a partir da identificação da necessidade de diálogo por parte dos órgãos membros do GTI PCS/ODS.



De agosto de 2019 até a presente data, o GTI PCS/ODS tem se debruçado sobre a coleta de informações para o monitoramento da Agenda 2030 na Prefeitura de São Paulo. Esse processo foi catalisado pelo 3º Encontro Global da Plataforma Cidades Sustentáveis e 2ª Conferência Internacional para Cidades Sustentáveis, sediados por São Paulo, em setembro de 2019, no qual se reuniram prefeitos, gestores municipais e especialistas para debater soluções voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável. Concluída a atualização dos indicadores de São Paulo na

Plataforma Cidades Sustentáveis, o grupo realizou uma série de debates analíticos sobre as possibilidades atuais de monitoramento dos ODS na Prefeitura de São Paulo. Esse trabalho será, em breve, publicizado na forma de um Diagnóstico para monitoramento dos ODS na cidade de São Paulo contendo, dentre outras informações, uma síntese dos indicadores atualmente disponíveis na Prefeitura de São Paulo, bem como sugestão de inclusão de novos indicadores que podem contribuir para o diagnóstico do cumprimento das metas dos ODS.

3.2

Programa Cidades Sustentáveis



Programa
Cidades
Sustentáveis

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o PCS atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuem para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o PCS oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã¹¹.

A cidade de São Paulo aderiu ao Programa Cidades Sustentáveis em maio de 2016. O programa inclui um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública e um painel de monitoramento,

que permite a comparação de dados e informações entre as cidades, intitulado Plataforma Cidades Sustentáveis. Além disso, ele também oferece um banco de boas práticas com casos exemplares de políticas públicas no Brasil e no mundo, um programa de formação e capacitação para gestores públicos municipais, documentos de orientação técnica e conteúdos informativos para o público geral.

Em decorrência da assinatura da Carta de Compromisso do Programa Cidades Sustentáveis, o município de São Paulo se comprometeu a submeter anualmente informações à Plataforma Cidades Sustentáveis, de forma a manter atualizada a sua base de indicadores. A primeira tarefa sobre a qual se debruçou o GTI PCS/ODS foi inserir, em setembro de 2019, os dados atualizados sobre a cidade de São Paulo para 156 indicadores presentes na Plataforma Cidades Sustentáveis.

11. Para mais informações acesse: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/pcs>>.



3.3

Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo (ObservaSampa)



OBSERVA **sampa**

OBSERVATÓRIO DE INDICADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO

Em novembro de 2019, foi iniciado o processo de vinculação dos indicadores municipais presentes na plataforma ObservaSampa às metas da Agenda 2030. O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo (ObservaSampa) é uma plataforma on-line que reúne indicadores capazes de mensurar a qualidade de vida dos paulistanos, o acesso a equipamentos públicos, assim como indicadores de desempenho da Prefeitura de São Paulo (PMSP). Conta também, com um espaço para publicação de estudos e pesquisas e participação popular no debate sobre os próprios indicadores.

Desde 2016, o ObservaSampa é gerenciado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com apoio do Comitê Intersecretarial de Indicadores, que tem como

atribuição promover a atualização, a discussão de estudos e a elaboração de novos indicadores para subsidiar a formulação, o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

No âmbito desse Comitê, foram iniciados os debates para criação do Grupo de Trabalho Intersecretarial específico, para debater indicadores para monitoramento dos ODS (GTI PCS/ODS). Assim, desde o início, o GTI PCS/ODS tem como objetivo principal publicizar os indicadores de São Paulo para monitoramento dos ODS na sua plataforma oficial de indicadores: ObservaSampa. O resultado desse trabalho está em constante atualização e pode ser acessado no link: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/ods-sao-paulo>.



3.4

Sistematização dos indicadores disponíveis para monitoramento dos ODS

A sistematização do conjunto de indicadores disponíveis para monitoramento dos ODS na Prefeitura de São Paulo é resultado de meses de debate sobre a relação de cada uma das 169 metas dos ODS com as competências da Prefeitura de São Paulo e dos órgãos que a integram.

Utilizou-se como referência principal para o trabalho de municipalização das temáticas dos ODS, o processo de nacionalização da Agenda 2030, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No âmbito nacional, ao IPEA coube a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração de uma proposta de adequação das metas globais dos ODS ao contexto brasileiro¹² e, ao IBGE, coube a responsabilidade de propor o conjunto de indicadores nacionais para monitoramento das metas dos ODS¹³. Inspirados por ambos os trabalhos, os membros do GTI PCS/ODS iniciaram o exercício de avaliar o conteúdo de cada uma das metas dos ODS e sua relação com as competências da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Decorrida a compreensão do escopo da Agenda 2030, e tendo em vista a dedicação recente da Prefeitura de São Paulo para o preenchimento da Plataforma Cidades Sustentáveis, partiu-se para uma análise da relação de cada um dos 260 indicadores do PCS com as metas dos ODS, no âmbito do município de São Paulo.

Em seguida, aprofundou-se a compreensão sobre os indicadores presentes no ObservaSampa, para avaliação de como eles poderiam contribuir para o monitoramento da

Agenda 2030. Cada Secretaria/Órgão, ficou responsável por avaliar as informações disponibilizadas nesta plataforma e propor vinculações com as metas dos ODS, uma vez que um dos objetivos do GTI PCS/ODS é fortalecer os fluxos de produção de informação já existentes na Prefeitura de São Paulo, aproveitando a série histórica das informações já sistematizadas.

As temáticas que ainda assim permaneciam descobertas por indicadores, foram submetidas para reflexões internas a cada um dos órgãos responsáveis, a fim de avaliar a viabilidade de proposição de novos indicadores. O resultado desse trabalho, será publicizado por meio do Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo. Esse documento conterá: a) uma proposta de municipalização das temáticas de cada uma das metas; b) uma síntese do conjunto de indicadores que podem contribuir para o monitoramento da Agenda 2030 no município; c) um diagnóstico do desempenho desses indicadores para o período de 2015 a 2019 e d) uma reflexão sobre os desafios remanescentes.

A publicação do Diagnóstico de indicadores para monitoramento dos ODS em São Paulo, apesar de representar importante esforço de consolidação dos indicadores atualmente disponíveis para o monitoramento dos ODS, não esgota as atribuições do GTI PCS/ODS, que contemplam ainda o futuro subsídio aos trabalhos da “Comissão Municipal ODS”.

12. Para mais informações acesse: <<http://www.ipea.gov.br/ods/>>

13. Para mais informações acesse: <<https://odsbrasil.gov.br/>>

» Túnel José Roberto Fanganiello Melhem – Avenida Paulista, São Paulo



4.

INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

» Imagem aérea da Marginal do Rio Tietê - São Paulo





4. Iniciativas para o desenvolvimento sustentável

Desde a instituição da Agenda 2030 da ONU, a cidade de São Paulo tem buscado o desenvolvimento sustentável como eixo para suas políticas públicas. Criou capacidades e promoveu avanços institucionais na adoção da agenda global, produziu marcos legais e regulatórios locais, e incorporou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seus instrumentos de planejamento e gestão. Esses avanços institucionais permitem a sustentabilidade das ações implementadas, sendo um pilar de suporte

para os outros três pilares do desenvolvimento: o social, o econômico e o ambiental.

Elencamos algumas iniciativas da cidade de São Paulo, nas mais diversas esferas, no propósito de apresentar o que tem sido realizado pela municipalidade e na expectativa de intensificar o canal de diálogo multi-nível, necessário para incremento contínuo das políticas públicas.

As iniciativas são apresentadas em quatro dimensões principais:



Institucional

Diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS;



Social

Relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, segurança alimentar, melhoria da qualidade de vida e justiça;



Ambiental

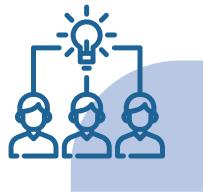
Trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas;



Econômica

Aborda produção e consumos sustentáveis, manejo de resíduos urbanos, o consumo de energia, entre outros;

As iniciativas elencadas também possuem como característica a transversalidade, o que converge com a própria natureza dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são integrados, indissociáveis e interdependentes. Para melhor visualização, evidenciamos em cada descrição de iniciativa, o seu alinhamento aos ODS por meio da utilização do selo do objetivo temático correspondente.



4.1

Dimensão Institucional

Curso de Introdução aos ODS



A Lei Municipal nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz das políticas públicas no município de São Paulo. Em decorrência, se reforça a necessidade de capilarizar o conhecimento sobre a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) entre os servidores da Prefeitura de São Paulo, para que este compromisso seja mais facilmente internalizado e difundido.

A Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – Álvaro Liberato Alonso Guerra (EMASP), tem tradição no oferecimento de capacitações alinhadas às necessidades da Prefeitura de São Paulo e na promoção de cursos relacionados às temáticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A exemplo, oferta desde 2017 o curso “Programa Cidades Sustentáveis e Cidadania Global”, com o objetivo de disseminação dos ODS e de reflexão sobre o conceito de cidadania global. Em 2019, com apoio da Secretaria de Governo Municipal, a EMASP passou a ofertar um curso específico de “Introdução aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Seu objetivo principal é promover a reflexão sobre o papel do município na implementação da Agenda 2030 e estimular os servidores a refletirem sobre como podem contribuir com a implementação dos ODS em São Paulo. O curso tem duração de quatro dias e alterna entre palestras expositivas sobre os ODS, debates com os palestrantes, trabalhos em grupo com exercícios sobre a implantação da política e rodas de conversa sobre as soluções propostas.



Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (selo todos os ODS)



A UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, enquanto órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, promove, assegura e fomenta a educação ambiental da cidade. Oferece atividades e cursos para incentivar a participação social na melhoria do meio ambiente e na cultura de paz, por meio da educação ambiental, conscientizando a respeito dos cuidados com os recursos naturais e o equilíbrio necessário para uma convivência harmônica entre sociedade e meio ambiente. Os cursos tratam de temáticas e assuntos variados, norteados pela metodologia de livre percurso de aprendizagem, onde cada um trilha seu próprio caminho germinando ideias e florescendo atitudes, fundamentais para a perpetuação de um ambiente sustentável.

Entre os cursos oferecidos pela UMAPAZ está “Implementação dos ODS em Comunidades e Organizações”, formação que busca contribuir para o fortalecimento dos participantes como propositores de iniciativas de sustentabilidade e da Agenda 2030, por meio da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A UMAPAZ é composta por quatro equipes: Escola Municipal de Jardinagem, Divisão de Formação em Educação Ambiental e Cultura de Paz Divisão de Difusão e Projetos em Educação Ambiental e Cultura de Paz e Divisão dos Planetários Municipais. São equipes constituídas por profissionais de diferentes formações e saberes – biólogos, agrônomos, comunicadores sociais, pedagogos, sociólogos, geólogos, geógrafos, arquitetos, de saúde e mais, o que permite a concepção e o desenvolvimento de programas e atividades numa dimensão inter e transdisciplinar. Conta com uma biblioteca – o Espaço Sapucaia – com livros, revistas e materiais sobre meio ambiente e cultura de paz, para uso dos professores, alunos e aberta à comunidade.

De janeiro a dezembro/2019, a Prefeitura de São Paulo realizou 1.499 (Um mil quatrocentos e noventa e nove) atividades de educação ambiental e boas práticas sustentáveis, por meio da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

Foram atendidas por esta Coordenação 159.461 (cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e uma) pessoas e foram emitidos 3.519 (três mil, quinhentos e dezenove) certificados de participação em cursos e outras atividades de capacitação nas diversas áreas da Educação Ambiental.

Por meio do projeto de Formação para Educadores da Rede Pública Municipal em Educação Ambiental “Caminhos possíveis para uma escola sustentável”, a UMAPAZ/SVMA, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a UNESCO (sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), formou 100 (cem) escolas em 2019.



Curriculum Escolar da Cidade



O município estabeleceu um novo currículo do Ensino Fundamental, publicado em dezembro de 2017, que de forma inédita inclui a Agenda 2030, relacionando seus objetivos de aprendizagem a cada um dos 17 ODS. O Curriculo da Cidade de São Paulo foi desenvolvido a partir dos conhecimentos produzidos e das práticas realizadas pelas professoras e professores da Rede Municipal de Ensino, ao longo dos últimos anos.

O movimento de atualização do currículo escolar envolveu mais de 43 mil estudantes e 16 mil professores ao longo do ano de 2017, em paralelo às discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se faziam nacionalmente, de forma a ser a primeira cidade a lançar o documento, em sua versão já alinhada às diretrizes nacionais. A integração do Curriculo da Cidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, se dá tanto por escolhas temáticas de assuntos que podem ser trabalhados em sala de aula nos diversos componentes curriculares, quanto na escolha das metodologias de ensino que priorizem uma educação integral, em consonância com a proposta de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) da UNESCO, parceira de São Paulo nesta empreitada. A implementação da aprendizagem para os ODS por meio da EDS, vai além da incorporação de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento no currículo escolar, com contornos precisos para cada ciclo de aprendizagem, idade e componente curricular, incluindo, também, a integração dos ODS em políticas, estratégias e programas educacionais, em materiais didáticos, na formação dos professores, na sala de aula e em outros ambientes de aprendizagem.

O Curriculo da Cidade também apresenta uma Matriz de Saberes, que indica o que bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos devem aprender ao longo de suas trajetórias na Educação Básica, no sentido de formar cidadãos éticos, responsáveis e solidários.

O Curriculo da Cidade - Ensino Médio está em construção por meio de permanentes discussões com os educadores e estudantes, a fim de garantir os direitos de acesso, permanência e aprendizagem qualitativa de cada um dos estudantes. Assim, em todos os documentos da rede municipal de ensino de São Paulo constam a vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Plano Diretor Estratégico



O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE), de 31 de julho de 2014, é uma lei municipal que orienta o desenvolvimento e o crescimento da cidade até 2030.

Elaborado com a participação da sociedade, o PDE direciona as ações dos produtores do espaço urbano, públicos ou privados, para que o desenvolvimento da cidade seja feito de forma planejada e atenda às necessidades coletivas de toda a população, visando garantir uma cidade mais moderna, equilibrada, inclusiva, ambientalmente responsável, produtiva e, sobretudo, com qualidade de vida.

O Plano também foi elaborado com base nas recomendações da Agenda 2030, que àquela época já estava sendo construída. O PDE foi, inclusive, reconhecido como referência de boas práticas de desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), encontro que elaborou a Nova Agenda Urbana (NAU).

Plano de Ação Climática



A Prefeitura aderiu ao compromisso *Deadline 2020*, proposto pela rede internacional de cidades C40, para elaborar um Plano de Ação Climática que indique as ações a serem adotadas, para que a cidade de São Paulo chegue ao ano de 2050 neutra em emissões de gases de efeito estufa (ainda que existam emissões, elas serão sequestradas). Além disso, prevê que sejam iniciadas as ações de adaptação do município aos impactos da mudança do clima. A iniciativa é fruto do compromisso firmado pelo município em setembro de 2018, cujo intuito é propor ações que constarão no Plano, que será lançado até o final de 2020, contribuindo em nível local para o alcance das metas do Acordo de Paris. A cidade de São Paulo, foi a primeira cidade brasileira a instituir uma lei municipal de mudanças climáticas. Aprovada em 2009, a Política Municipal de Mudança do Clima de São Paulo (lei nº 14.933/2009), mais conhecida como a Lei do Clima, estabeleceu ações focadas para estimular o uso de energias renováveis e a substituição gradual dos combustíveis fósseis por opções com menor potencial de emissão de gases poluentes, além de outras determinações em mitigação e adaptação.



Programa Município Verde Azul



O Programa Município Verde Azul (PMVA) é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo. Foi lançado em 2007, com o objetivo de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental nas cidades do estado, auxiliando-as na elaboração de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Estado. A Prefeitura de São Paulo é signatária do programa desde o ano de 2008.

As ações propostas pelo PMVA, compõem as dez diretrivas norteadoras da agenda ambiental local, abrangendo os seguintes temas estratégicos: Município Sustentável, Estrutura e Educação Ambiental, Conselho Ambiental, Biodiversidade, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Uso do Solo, Arborização Urbana, Esgoto Tratado e Resíduos Sólidos.

Plano de Ação em Governo Aberto da Cidade de São Paulo



Governo Aberto na
Cidade de São Paulo

De 2018 a 2020, a cidade de São Paulo está em um processo de co-criação e co-implementação de seu 2º Plano de Ação em Governo Aberto. O documento reúne compromissos que a Prefeitura assumiu na temática de governo aberto. Esse é um instrumento para promoção, fortalecimento e fomento às iniciativas de transparência, prestação de contas e responsabilização (*accountability*), participação cidadã e tecnologia e inovação na Prefeitura Municipal de São Paulo. O Plano de Ação em Governo Aberto é realizado de forma conjunta entre Governo e Sociedade Civil em consonância com as diretrizes apresentadas pela OGP (Open Government Partnership - Parceria para Governo Aberto).



Programa Agentes de Governo Aberto



O Programa Agentes de Governo Aberto tem como objetivo realizar formação e certificação gratuita à população nas áreas de abrangência das 32 Subprefeituras, nos eixos de Governo Aberto: Transparência, Inovação, Participação Social e Integridade (*Accountability*), descentralizando a pauta ao mesmo tempo que instrumentaliza a sociedade para fazer o controle social.



O Programa já capacitou aproximadamente 28 mil cidadãos, sendo premiado no Fórum de Inovação Social no Setor Público e reconhecido como prática governamental replicável pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP).

As formações têm caráter teórico-prático e são ministradas pelos Agentes de Governo Aberto, ou seja, pessoas físicas cujos projetos credenciados foram selecionados por meio do Edital de Credenciamento do programa, recebendo para tal, uma bolsa como apoio financeiro.

Modelo de Simulação das Nações Unidas para o Ensino Médio



O projeto Modelo de Simulação das Nações Unidas para o Ensino Médio (MONUEM) foi realizado com sucesso pela primeira vez na rede municipal de ensino de São Paulo durante o segundo semestre de 2019, em 2020 se expande para mais três escolas, adaptado à realidade imposta pela Covid-19. Considerada como uma simulação completa de um fórum das Nações Unidas, a iniciativa parte de um modelo criado pela Universidade Harvard e desenvolvido para alunos do ensino médio.

A iniciativa está ligada ao Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo (ERESP), em parceria com as secretarias de Educação e de Relações Internacionais do município de São Paulo e realização da organização da sociedade civil de interesse público Instituto Global Attitude.

Em 2019, o grupo de estudantes representou os papéis de diferentes nações do mundo, elaborando uma proposta de resolução alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas até 2030 – em específico, o ODS 10, que visa a redução da desigualdade dentro dos países.

O Modelo de Simulação das Nações Unidas para o Ensino Médio (MONUEM) é uma ferramenta pedagógica única – implementada em escolas da rede pública – por meio da qual estudantes têm a oportunidade de ampliar conhecimentos sobre relações internacionais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e desenvolver, de maneira prática, habilidades como pesquisa, argumentação, solução de conflitos, empatia, cooperação, entre outras.

Em 2020, o projeto é realizado por meio de aulas on-line, durante o período em que o governo municipal, coordenado com as esferas estadual e federal, orienta o isolamento como medida para a contenção da Covid-19 na capital. Na prática, os estudantes seguem sendo orientados e aprendendo sobre diplomacia e relações internacionais, com um exemplo atual em mãos: as ações coordenadas em todo o mundo para o controle de uma crise de saúde mundial.



Selo de Direitos Humanos e Diversidade



O Selo de Direitos Humanos e Diversidade, reconhece boas práticas de gestão da diversidade e promoção dos direitos humanos em empresas, órgãos públicos e organizações do terceiro setor. O Selo está dividido em 10 categorias: Criança e Adolescente; Egressos do Sistema Prisional e Pessoas Privadas de Liberdade; Igualdade Racial; Imigrantes; Juventude; LGBTI; Mulheres; Pessoas com Deficiência; Pessoas em Situação de Rua; Pessoas Idosas.

As dimensões foram criadas para permitir atrair diversos tipos de iniciativas e projetos que façam inclusão mas também promoção de direitos humanos. Elas são: Inclusão e Gestão da Diversidade como práticas de contratação, promoção e gestão de pessoas alinhadas com a diversidade e a proteção dos direitos humanos; Responsabilidade Social, como projetos voltados à comunidade e à sociedade; Imagem e Posicionamento, como iniciativas voltadas à comunicação, marketing e desenvolvimento de produtos e serviços visando a inclusão e promoção da cidadania.

Selo de Acessibilidade Digital



O Selo de Acessibilidade Digital, lançado em maio de 2018, certifica sítios e portais eletrônicos que cumprem com critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente. Os responsáveis por sítios e portais eletrônicos podem requerer o Selo à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, que, em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade, avaliará a acessibilidade das páginas submetidas, segundo critérios e procedimentos estabelecidos. Os requerentes, cujos sítios ou portais eletrônicos avaliados cumpram com os referidos critérios serão contemplados com o Selo de Acessibilidade Digital. O objetivo do Selo é promover, em todo o país, o conhecimento e a consciência sobre a importância de observarmos as boas práticas de acessibilidade na web, assim como reconhecer as organizações que já têm sites e portais acessíveis. O objetivo dessa iniciativa é estimular outros governos, órgãos públicos e empresas privadas a garantir a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência no acesso a informações e serviços. Um site acessível, cumpre importante papel social ao promover uma sociedade mais justa e inclusiva.



Central de Intermediação em Libras



A Central de Intermediação em Libras (CIL), administrada pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), é um serviço de intermediação em Português/Libras, por meio de vídeo chamada, que permite a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e servidores públicos. Com a instalação do sistema, os equipamentos municipais poderão atender o público surdo e com deficiência auditiva com interpretação em tempo real.

O serviço realiza a intermediação na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva, surdos e surdocegos no atendimento em qualquer serviço público instalado na cidade de São Paulo, sendo mais utilizado principalmente na área jurídica e nos setores da saúde e dos direitos humanos. O objetivo da CIL é promover a autonomia das pessoas com deficiência auditiva. A Prefeitura de São Paulo, tem o papel fundamental de garantir o cumprimento dos direitos e inclusão das pessoas com deficiência, apresentando um projeto reformulado e com o apoio da comunidade surda.

Pessoas surdas ou com qualquer tipo de deficiência auditiva, que se comunicam preferencialmente na Língua Brasileira de Sinais, podem acionar a Central de Intermediação em Libras da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo (CIL-SMPED) para esclarecer dúvidas e atualizar informações sobre o novo coronavírus, além de pedir orientações durante a pandemia da Covid-19.

Pátio Digital



Desde 2017, a iniciativa de governo aberto “Pátio Digital”, idealizada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, propõe a articulação de diferentes setores da sociedade para melhoria das políticas educacionais. Para isso atua em três eixos: transparência e dados abertos, colaboração governo-sociedade e inovação tecnológica. Dessa forma prevê a abertura de dados públicos, encontros com a participação de todos os interessados para a resolução de desafios da gestão educacional, desenvolvimento de aplicativos por meio de concursos e lançamento de editais para a cooperação técnica em pesquisa.

Com o Pátio Digital, a SME busca aumentar os níveis de transparência ativa em relação às suas ações e projetos, bem como ampliar os canais de interlocução e participação social, fortalecendo o controle das políticas educacionais por parte da gestão e da sociedade.



011.LAB



O 011.lab é o laboratório de inovação em governo da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo. O laboratório nasceu em 2017, como uma estratégia para aproximar a gestão pública das pessoas, aumentar a eficiência da administração municipal e a qualidade dos serviços públicos.

As ações do laboratório buscam aproximar e construir soluções a problemas complexos de interesse público com servidores e servidoras, cidadãos e cidadãs e atores do ecossistema de inovação.

Para tanto, o 011.lab atua em três frentes: desenhar e melhorar serviços públicos, mobilizar comunidades de prática de inovação pública e desenvolver capacidades para inovar em serviços. Entre as iniciativas, destacam-se:

- » Programa de Ciências Comportamentais: que utiliza a aplicação de insights comportamentais para melhoria das políticas públicas. Entre os principais resultados temos o experimento no Hospital do Servidor, que alterou o script das ligações do serviço telefônico SP156, reduzindo em 12% o absenteísmo nas consultas. Outro projeto de destaque, foi o experimento com o comunicado CADIN, enviado para contribuintes com IPTU em atraso, reduziu a inadimplência fiscal em 8,4%, gerando um aumento estimado de R\$60 milhões na arrecadação anual. Dentre os projetos em andamento, estão o redesenho das multas de trânsito e as mensagens de mudança de comportamento sobre a Covid-19.
- » Política Municipal de Linguagem Simples: iniciada em novembro/19 e instituída pela lei nº 17.316, de março/20, visa simplificar a linguagem utilizada nos documentos públicos e pelos servidores. Todas as coordenadorias da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT) foram capacitadas e as demais secretarias serão capacitadas durante 2020. Está em desenvolvimento um curso a distância sobre Linguagem Simples, que será lançado ainda em 2020. O curso será disponibilizado na Plataforma de Ensino à Distância da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e futuramente na plataforma da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (Emasp).
- » Copicola: criado em maio/18, para promover a transferência de conhecimento entre servidores, sistematizando práticas e evitando a repetição de erros que já foram cometidos. O site, lançado em março/19, já somou mais de 500 downloads dos 11 guias disponíveis, como Empreenda Fácil, Zona Azul Digital e transporte de servidores por aplicativos.



MobiLab+



O MobiLab+ se consolida como um programa reconhecido nacional e internacionalmente pela inovação no segmento de mobilidade urbana, cuja abertura de dados permitiu o lançamento de uma série de aplicativos e ferramentas, com foco no transporte e no trânsito.

O programa se debruça sobre os eixos relativos a cidades inteligentes na busca por soluções para os desafios da metrópole relacionados à educação, saúde, moradia, bem-estar, meio ambiente, além, claro, de mobilidade, entre tantos outros temas.

O MobiLab+ é uma experiência única no Brasil, ao unir estratégias de inovação tecnológica e de governo aberto, para acelerar a transformação digital da Prefeitura de São Paulo.

Open Contracting Partnership



Considerando principalmente o ODS 16 “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, a cidade de São Paulo participa da *Open Contracting Partnership*, que desenvolve padrões para a contratação de dados e apoia os esforços para tornar a contratação mais transparente, em todo o mundo. As principais políticas que governam a parceria são: política de acesso à informação, política de antifraude e anticorrupção e política de contratação aberta. O tipo de transparência governamental fornecida pelos dados abertos é fundamental para tornar as instituições mais responsáveis e inclusivas.



Portal da Transparência



A cidade de São Paulo disponibiliza aos cidadãos o Portal da Transparência da cidade de São Paulo, que é uma ferramenta de divulgação de dados da administração municipal. A partir da plataforma, o cidadão pode acessar informações referentes à arrecadação, gastos, investimentos, contratos e salários de servidores da Administração Direta (Subprefeituras e Secretarias) e da Administração Indireta (Autarquias, Empresas e Fundações).

Diante da pandemia, o Portal da Transparência ganhou o Botão “Transparência COVID-19”, que reúne os principais dados, legislação e informações específicas a respeito das medidas adotadas pela cidade de São Paulo para o combate da Covid-19, incluindo as contratações emergenciais, convênios, doações, pregões, documentos técnicos, notícias, campanhas institucionais e coletivas on-line.

Portal Dados Abertos



O Portal de Dados Abertos da Prefeitura de São Paulo, tem sua origem no Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD). A partir do Catálogo, a Prefeitura de São Paulo passou a trabalhar em uma plataforma livre que reúne suas bases de dados e descrições, permitindo fácil acesso e pesquisa por parte de programadores, jornalistas, pesquisadores e cidadãos em geral. Para a construção do Portal de Dados Abertos chegou-se ao CKAN (The Comprehensive Kerbal Archive Network), ferramenta já adotada nas maiores cidades do mundo, que confere ainda mais transparência aos dados municipais. No Portal de Dados Abertos da Prefeitura de São Paulo são reunidos conjuntos de dados produzidos e acumulados por todas as secretarias, subprefeituras e empresas públicas municipais. A partir dos dados disponibilizados por esse Portal é possível construir aplicativos e obter informações essenciais sobre as políticas públicas e a administração da cidade.



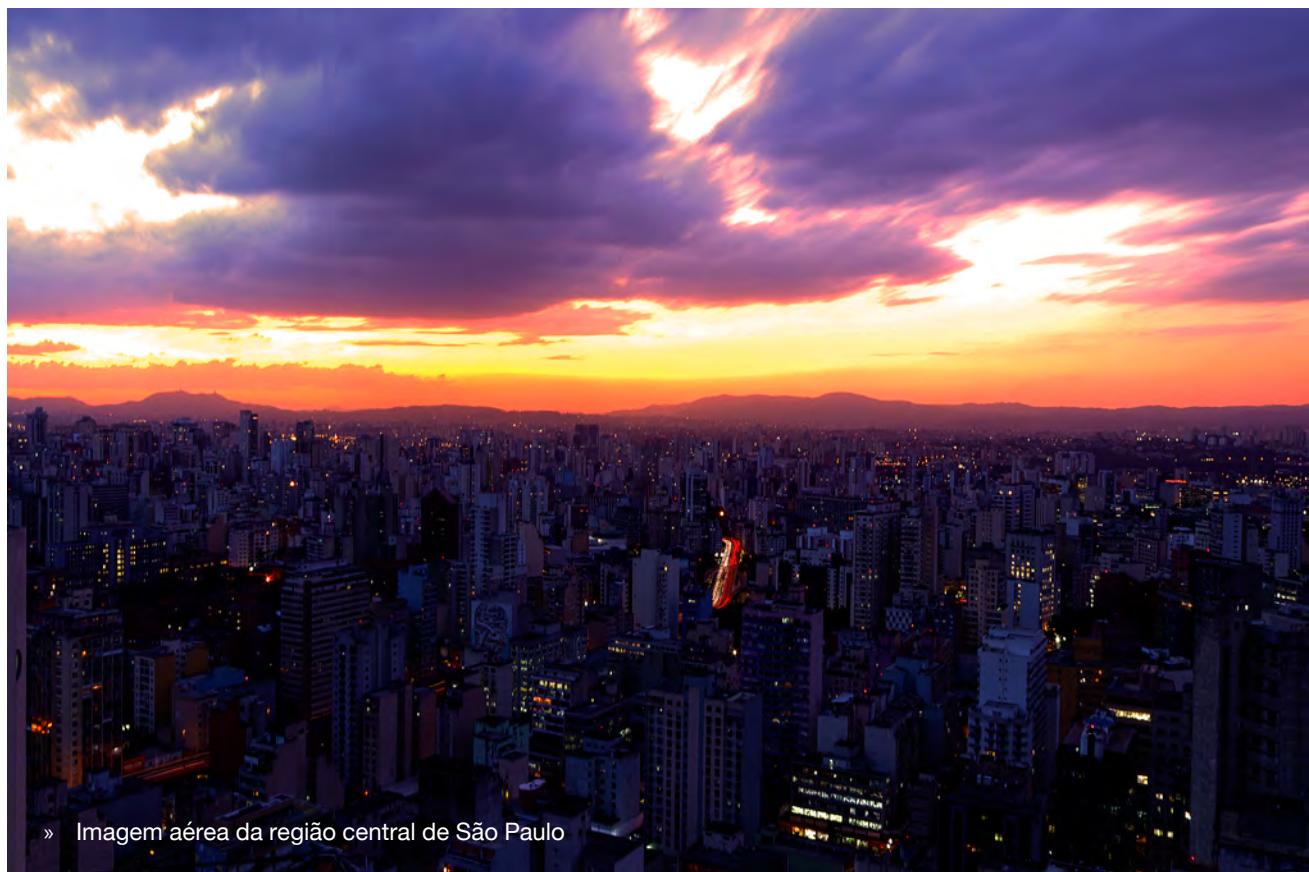
Centro de Formação em Controle Interno



O Centro de Formação em Controle Interno (CFCI), criado por meio do decreto nº 59.496/2020 possui como principais atribuições, o fortalecimento de mecanismos de controle interno e ações direcionadas para a integridade na Administração Pública Municipal, buscando o fortalecimento dos processos de gestão e transparência das atividades.

Além disso, o Centro também se destina à organização de processos de formação continuada, bem como o oferecimento de cursos e atividades voltadas para a formação e treinamento dos agentes públicos municipais e cidadãos, em temas relacionados ao controle interno. Desta forma, o CFCI proporciona a capacitação, com o apoio das demais áreas da Controladoria Geral do Município, em temas relacionados à transparência pública, controle e participação social, bem como combate à corrupção.

Desse modo, o CFCI auxilia na promoção da transparência pública ao desenvolver, por meio de suas atividades, uma Administração Pública mais eficaz, transparente e responsável.





4.2

Dimensão Ambiental

Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres



O Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) faz parte do Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo, com o objetivo estratégico de dar sustentabilidade ambiental à cidade. A sua elaboração está prevista expressamente no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

O PLANPAVEL integra o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), juntamente com outros três planos: o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, o Plano Municipal de Arborização Urbana e o Plano Municipal da Mata Atlântica.

O objetivo do PLANPAVEL é definir uma política de gestão e provisão de áreas verdes e de proteção do patrimônio ambiental do município de São Paulo. A elaboração dessa política é direcionada a todo o conjunto de áreas enquadradas nas diversas categorias protegidas pela legislação ambiental, de terras indígenas, de áreas prestadoras de serviços ambientais, das diversas tipologias de parques de logradouros públicos, de espaços vegetados e de espaços não ocupados por edificação coberta, de propriedade pública ou particular.



Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais



O Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais – PMSA é uma exigência prevista pelo Art. 285 da Lei Municipal 16.050/14, que determina o Plano Diretor da Cidade, para ser um instrumento de planejamento e gestão das áreas prestadoras de serviços ambientais, abrangendo propriedades públicas e particulares.

Serviços Ambientais são benefícios que os ecossistemas prestam à humanidade, sendo classificados em serviços de provisão, serviços de suporte, serviços de regulação e serviços culturais.

O principal mecanismo previsto no PMSA será o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Trata-se de um mecanismo de apoio financeiro, econômico ou tributário a proprietários e possuidores de imóveis no município de São Paulo que mantêm, restabelecem ou recuperem os ecossistemas e seus serviços ambientais.

Plano Municipal de Arborização Urbana



O Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) está estabelecido como ação prioritária no Art. 288 da Lei Municipal nº 16.050/2014 - Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. É um instrumento para definir o planejamento, implantação e manejo da arborização urbana no Município.

O objetivo do Plano é de prover a cidade de cobertura arbórea compatível com a melhoria de indicadores ambientais pertinentes, proporcionar a gestão da arborização sistematizada e implantar um programa de educação ambiental específico para arborização. O PMAU, contribui para a melhoria na gestão da arborização, tendo como base o planejamento e ações participativas.



Inventário da Biodiversidade do Município de São Paulo



Com o objetivo de subsidiar e dar diretrizes às ações ambientais em São Paulo, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA desenvolve projetos de levantamento da biodiversidade em diversas áreas.

A Divisão da Fauna Silvestre, realiza desde sua criação, em 1993, o programa intitulado “Inventariamento e Monitoramento da Fauna Silvestre do Município de São Paulo”. O levantamento da fauna silvestre é realizado em campo, totalizando 158 áreas e cinco corpos hídricos — incluindo áreas de proteção ambiental municipais, parques urbanos, parques lineares, parques naturais e outras áreas verdes, somando até o momento 1.305 espécies de animais invertebrados (505) e vertebrados (800).

O Herbário Municipal de São Paulo, realiza um trabalho de levantamento e documentação da flora e caracterização da vegetação do município desde o início de suas atividades, em 1984. São 193 pontos de coleta distribuídos em todas as regiões do município, contemplando tanto áreas urbanas, antrópicas e naturais, quanto às diversas fitofisionomias que ocorrem no território municipal.

A lista de espécies de flora é resultado de um trabalho de compilação de diferentes fontes de dados, que até 2020 registraram 4.909 espécies de plantas vasculares, sendo 3.538 nativas do município, dentre as quais 186 são espécies ameaçadas de extinção no estado de São Paulo.

O conhecimento sobre a flora e a fauna silvestre é o ponto de partida para a elaboração de plano de manejo e conservação de áreas verdes, sendo importante ferramenta para o monitoramento ambiental, já que a relação das espécies que ocorrem em um ambiente é indicativa do grau de preservação do mesmo. As informações obtidas a partir desses estudos são utilizadas para subsidiar o manejo da fauna que ocorre no Município, a elaboração e análise de estudos e relatórios de impacto ambiental, bem como programas e ações de educação ambiental.



» Imagem do Inventário da Biodiversidade do Município de São Paulo



Índice BIOSAMPA: 23 indicadores da biodiversidade paulistana



Relatório contendo 23 indicadores relativos à biodiversidade no município, elaborado com base na metodologia *Biodiversity City's Index* (ou *Singapore Index*), adotada pela CDB-ONU (Convenção de Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas) e recomendada pelo Banco Mundial.

A cidade de São Paulo possui uma rica diversidade biológica. Os serviços ecossistêmicos, que essa biodiversidade urbana fornece aos municípios são inúmeros e, muitas vezes, subvalorizados. Além da estética, os ecossistemas regulam o suprimento e a qualidade da água, do ar e do solo, e moderam a temperatura ambiente.

O suprimento de água é sustentado por sistemas ecológicos naturais, que armazenam e purificam a água. A vegetação urbana reabastece o oxigênio, retém o carbono, absorve a radiação solar, reduz a poluição do ar, mantém o equilíbrio da água e regula a temperatura da superfície nas paisagens urbanas através de sombreamento e evapotranspiração. Parques e áreas naturais, oferecem oportunidades recreativas e educacionais aos residentes e contribuem para a habitabilidade da cidade.

Dessa forma, os 23 indicadores reunidos no Índice BIOSAMPA estão agrupados em três categorias. Na primeira, relativa à Biodiversidade Nativa, dez indicadores procuram medir a quantidade e proporcionalidade de espécies e áreas naturais, além de apontar também a presença de espécies exóticas invasoras (originárias de outros países que prejudicam a vegetação nativa). A segunda, trata dos Serviços Ecossistêmicos providos pela Biodiversidade, ou seja, os bens e serviços obtidos direta ou indiretamente por ela, na qual quatro indicadores avaliam a regulação do clima, estoque de carbono e efeito refrescante da vegetação, e atividade recreativa e educacional em parques. O terceiro, refere-se a Governança e Gestão da Biodiversidade, onde nove indicadores concentram a capacidade da cidade de São Paulo de gerir a sua biodiversidade.





Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica



O Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) foi concluído e aprovado em 2017 pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES). O Plano aponta ações prioritárias e áreas para a conservação, manejo, fiscalização e recuperação da vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica, baseando-se no mapeamento de remanescentes existentes na cidade de São Paulo.

O PMMA também incentiva experimentos tecnológicos sustentáveis, gestão de ações que conciliam a conservação do bioma com o desenvolvimento econômico e cultural do município, fortalecendo a organização social e a participação do cidadão na gestão das políticas públicas. Outras ações que derivam diretamente do Plano são o uso sustentável dos recursos naturais, o fomento à educação ambiental, a gestão integrada dos resíduos sólidos, o ecoturismo, a conservação da biodiversidade e a pesquisa científica. Também fornece subsídios ambientais para a manutenção da Reserva da Biosfera e para outros planos e programas de ação da capital, como, por exemplo, as políticas públicas derivadas do Plano Municipal de Saneamento Básico, do Plano de Bacia Hidrográfica, do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e do próprio Plano Diretor Estratégico.

Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal do Município de São Paulo



O Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal do Município de São Paulo traz o detalhamento, inédito no país, de 15 categorias de fisionomias de vegetação na cidade, conciliando o olhar ecológico com as dinâmicas de uso e ocupação do solo. Os polígonos de vegetação foram extraídos por fotointerpretação de ortofotos RGB e IrRB de alta resolução espacial, especialmente apoiada por dados laser (LiDAR), que possibilitaram a construção do Modelo Digital de Vegetação Normalizado (MDVn) do território e a indicação do estágio sucessional das florestas da cidade. Seus resultados estão consolidados no documento “Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal do Município de São Paulo - Relatório Final”, de agosto de 2019, que traz indicadores e considerações que já estão auxiliando as ações da Prefeitura, na construção de políticas públicas positivas que se relacionam com o Planejamento Ambiental, a Arborização Urbana, a Gestão de Áreas Verdes e o enfrentamento dos desafios da Mudança Climática no município.



Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas



O Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas (COMFROTA), regulamentado pelo decreto nº 58.323 promulgado em 16 de Julho de 2018 deverá propor, estimular, acompanhar e fiscalizar a adoção de planos, programas e ações que viabilizem o cumprimento do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas.

As ações do Comitê visam apoiar a implementação das recomendações e diretrizes estabelecidas pelas Leis nº 14.933/2009 e nº 16.802/2018. Essa última estabelece metas de redução de gases poluentes nos prazos de 10 e 20 anos, que deverão ser alcançadas com a utilização de fontes motrizes de energia menos poluentes e menos geradoras de gases do efeito estufa, na frota de transporte coletivo urbano.

Estão sendo realizados estudos de cenários possíveis de redução de emissões da frota, pela melhoria da operação do Sistema de Transporte Coletivo Urbano Municipal, no sentido de estabelecer os arranjos necessários para garantir o efetivo cumprimento das metas intermediárias e finais globais de redução de emissões estabelecidas.

São Paulo é também uma das cidades apoiadas pelo projeto ZEBRA (*Zero Emission Bus Rapid-deployment Accelerator*), de aceleração da transição para ônibus zero emissões na América Latina. Liderado pela C40 e pelo ICCT (International Council on Clean Transportation), o ZEBRA busca garantir o compromisso das cidades, da indústria e das entidades financeiras para implantação de tecnologias limpas de transporte, desenvolvendo para isso atividades que favoreçam a troca de informações e interlocução. Esse processo exige um esforço planejado e coordenado com diversos atores, para equacionar pontos críticos como a viabilidade econômica da mudança dentro das regras dos novos contratos, e a garantia da continuidade e confiabilidade do serviço de transporte público durante a transição.



» Ônibus à bateria modelo DW9, São Paulo



Relatório de Gestão Ambiental



Está em desenvolvimento o Relatório de Gestão Ambiental, que reunirá anualmente informações e indicadores da Gestão Ambiental no Município de São Paulo em seis temas estruturadores – Gestão de Áreas Verdes; Biodiversidade; Educação Ambiental; Licenciamento Ambiental; Fiscalização Ambiental; e Governança e Participação Social. A iniciativa alimentará o Sistema Municipal de Indicadores Ambientais, promovendo a transparência interna e externa, subsidiando as tomadas de decisão e respondendo prontamente às demandas de informações e indicadores ambientais de toda a sociedade.

Programa Ambientes Verdes e Saudáveis



PAVS
Programa Ambientes
Verdes e Saudáveis

Uma das experiências inovadoras no Município de São Paulo é o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), que está implantado no município de São Paulo desde 2008 nas Unidades Básicas (UBS) com objetivo de incorporar as questões ambientais nas ações de promoção de saúde, com foco nos determinantes socioambientais que impactam à saúde da população.

Fomenta, além disso, novas práticas de saúde e hábitos saudáveis que se traduzem em valores de responsabilidade cidadã na defesa da vida, com empoderamento da comunidade. O PAVS, contribui para o fortalecimento da Atenção Básica e para a construção das políticas públicas integradas no município de São Paulo.

O Programa desenvolve projetos e atividades socioambientais nas Unidades de Saúde e nos seus territórios abrangendo os seguintes eixos temáticos: Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Água, Ar e Solo, Revitalização de Espaços Públicos, Horta e Alimentação Saudável, Biodiversidade e Arborização e Agenda Ambiental na Administração Pública, utilizando como base o diagnóstico socioambiental, subsidiando a gestão na identificação e priorização de problemas/necessidades da população, tendo a realidade local como ponto de partida para intervenções sustentáveis.



Projeto Feiras e Jardins Sustentáveis



Em dezembro de 2015, a cidade de São Paulo criou o projeto de compostagem chamado Feiras e Jardins Sustentáveis. Trata-se de uma iniciativa da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), que consiste em oferecer tratamento ambientalmente correto para restos de resíduos orgânicos de feiras livres da capital.

Na prática, o projeto se inicia nas feiras. As equipes de educação ambiental das empresas de varrição fazem o trabalho de orientação com os feirantes participantes. Todos são mobilizados e orientados a deixarem os restos de frutas, verduras e legumes que iriam para o lixo, dispostos em sacos da Prefeitura. No final da feira, os agentes de limpeza passam para recolher esse material e os encaminha para os pátios de compostagem.

Chegando no pátio, esses resíduos são misturados com restos de poda de árvore picada e palha. Após isso, são dispostos em leiras (canteiros) onde acontece o processo de compostagem, em torno de 120 dias. Por fim, esses resíduos são transformados em composto orgânico de qualidade, distribuídos gratuitamente à população.

Ao todo, a cidade conta com cinco Pátios de Compostagem, são eles: Lapa, Sé, Mooca, São Mateus e Ermelino Matarazzo. As unidades possuem capacidade de recebimento de até três mil toneladas de resíduos por ano e processamento de até 600 toneladas de composto, no mesmo período.

O composto gerado nos pátios é utilizado como insumo em jardins e praças públicas, gerando ganhos econômicos e ambientais significativos para o município, além de evitar o despejo de mais volume em aterros sanitários, diminuindo, assim, o deslocamento de caminhões e emissões de dióxido de carbono ao meio ambiente.





4.3

Dimensão Econômica

Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário



O Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário tem por objetivo buscar o entrelaçamento das diversas políticas públicas existentes que tratam deste tema, integrando e aprimorando, na perspectiva da zona rural e da agricultura urbana, o conjunto de ações para a promoção da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar, do desenvolvimento territorial estratégico e do direito humano à alimentação adequada.

Os 17 eixos temáticos, propõem ações a serem aplicadas pelo poder público para os próximos oito anos, incentivando a sustentabilidade do desenvolvimento territorial integrado com a conservação dos recursos naturais. Os eixos temáticos do Plano Rural apontam uma série de objetivos voltados a saneamento básico, turismo, cultura, segurança e fiscalização, saúde e proteção, indígenas, jovens e mulheres, conservação ambiental, ensino e educação, agricultura urbana, geração de renda, regularização, dentre outros.





Programa Municipal de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos



O Programa Municipal de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos, instituído em julho de 2019, tem como objetivo arrecadar frutas, legumes e verduras que seriam descartadas, mas que estão em boas condições para o consumo, e doar para instituições que atendem pessoas que estão em situação de insegurança alimentar. A iniciativa inovadora da Prefeitura de São Paulo promove o combate à fome com uma alimentação saudável, a economia na coleta de resíduos, a geração de trabalho e a sustentabilidade ambiental.

Os comerciantes que fazem parte da Campanha, recebem o selo de participação para colar em seu estabelecimento, destacando que o comércio é socialmente responsável. Além disso, o programa promove a capacitação e a reinserção no mercado de trabalho de pessoas desempregadas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os beneficiários participam diretamente de atividades ligadas à arrecadação de alimentos e também integram cursos de qualificação em boas práticas de manipulação de alimentos, permacultura e capacitações socioemocionais.

O Programa de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos da Prefeitura de São Paulo arrecadou 270 toneladas de comida que seriam desperdiçadas em 2019. Os alimentos foram arrecadados em dois mercados e 68 feiras livres. Presente em todas as regiões da cidade, o projeto atende aproximadamente 120 mil pessoas carentes.

Projeto Ligue os Pontos



O Ligue os Pontos é resultado de uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo para promover o desenvolvimento sustentável do território rural e aprimorar suas relações com o meio urbano, a partir dos diversos pontos envolvidos na Cadeia da Agricultura.

Com essa proposta, a cidade de São Paulo foi vencedora do prêmio *MayorsChallenge 2016*, promovido pela *Bloomberg Philanthropies*. A organização premiou iniciativas inovadoras em políticas públicas nas cidades da América Latina e do Caribe. São Paulo recebeu o prêmio principal de 5 milhões de dólares, com a premissa de que um dos grandes desafios a ser enfrentado pelas cidades latino-americanas é estabelecer uma relação sustentável entre as áreas urbana e rural.

O Ligue os Pontos, tem como missão promover a sustentabilidade socioambiental do território rural no sul de São Paulo, por meio do fortalecimento da agricultura local. O objetivo do projeto é fortalecer a cadeia de valor da agricultura, ligar os pontos utilizando a tecnologia como ferramenta de integração e coordenação de iniciativas



existentes e informações, fomentando a cadeia de valor da agricultura local e conectando o potencial produtivo do território rural à dinâmica da maior economia urbana brasileira, através vínculos sustentáveis.

Além de estimular a agricultura regenerativa e a economia verde, procura conter o avanço da mancha urbana em áreas de mananciais e próprias para a prática de cultivo agroecológico, o que colocaria em risco a segurança hídrica da região metropolitana e da cidade de São Paulo.

Através do projeto, foi intensificada a assistência técnica no campo e a conexão dos produtores com consumidores e fornecedores de insumos como uma das estratégias de atrair novas oportunidades para a região. A equipe do projeto desenvolveu um sistema digital de suporte à Assistência Técnica e Extensão Rural.

O projeto está lançando uma plataforma on-line para divulgar a produção de agricultores: a Sampa+Rural. Ela reúne informações de quem produz e de quem comercializa (feiras, CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura, comércios parceiros de orgânicos, comércios parceiros da produção local, restaurantes, etc). Além disso, a Sampa+Rural traz outras informações para o público em geral, como os locais turísticos da zona rural da cidade, onde comprar produtos locais, iniciativas da sociedade civil que trabalham com a agricultura e políticas públicas ligadas a esse território.

Paralelo ao desenvolvimento da plataforma e ainda com o objetivo de fortalecer a cadeia de valor, o projeto apoiou a inauguração, em janeiro de 2020 do TEIA Parelheiros da AdeSampa/SMDET, primeiro espaço de coworking de iniciativa pública voltado para mentorias e acelerações, com foco no desenvolvimento rural sustentável na cidade e da escola de agroecologia da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Com o apoio do projeto, foi elaborado o Plano Municipal de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais e as minutas do decreto regulamentador do PSA e do primeiro edital piloto de PSA, programa coordenado pela SVMA. A equipe do Projeto Ligue os Pontos fez um cadastro dos agricultores e também da agricultura na terra indígena que ocupa 1/3 da região, elaborou a cartografia da zona rural sul, com o mapeamento de uso de solo com informações sobre as áreas aptas para agricultura e áreas de conservação. Esse conjunto de informações consolida um banco de dados inédito sobre este território.

Todas essas ações visam orientar as políticas públicas para a zona rural paulistana, com potencial de serem replicadas para outras cidades.



» Agricultores na zona sul de São Paulo, Projeto Ligue os Pontos



Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico



O primeiro Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PMDE), de São Paulo prevê a realização de ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e competitivo do município para os próximos 10 anos.

A ideia é buscar um crescimento econômico que gere emprego e renda, mas que, acima de tudo, diminua as distâncias sociais.

O estudo, que está sendo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, apresentará ao poder público caminhos para a melhoria da geração de trabalho, emprego e renda da capital até 2030. Com o apoio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Secretarias Municipais, empresas privadas, entidades e a população, o documento irá apresentar as vocações econômicas, tendências e oportunidades de todas as regiões da cidade.

O PMDE, também será responsável pelo aperfeiçoamento dos indicadores de qualidade de vida da população paulistana, uma vez que irá projetar ações para garantir a distribuição de renda igualitária, diminuição dos índices de desemprego e pobreza, além de estimular a ampliação da expectativa de vida.

Programa de Desenvolvimento Econômico Local



O programa está inserido na estratégia de fomento a atividades de geração de emprego e renda, considerando as vocações do território e estimulando a criação de cadeias produtivas em regiões menos privilegiadas do município de São Paulo. No longo prazo, tem como propósito reduzir as disparidades regionais, principalmente no tocante às oportunidades de trabalho e renda. O foco no local compreende o estabelecimento de prioridades, que sejam capazes de transformar a realidade da população definidas em um processo endógeno e participativo, que considere as necessidades e demandas locais no desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Desenvolvido em etapas, o programa se inicia com um mapeamento das organizações que atuam com desenvolvimento econômico local na cidade, para depois levantar demandas, desafios e potencialidades em uma escuta ativa da população paulistana, para no fim, identificar estratégias que possam ser estimuladas pela Ade Sampa em suas ações.



ADE SAMPA

AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO

Ade Sampa – Agência São Paulo de Desenvolvimento



A Ade Sampa (Agência São Paulo de Desenvolvimento) opera em colaboração com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, promovendo políticas de desenvolvimento especialmente as que contribuem para a redução de desigualdades regionais, competitividade da economia, geração de emprego e renda, empreendedorismo, economia solidária e inovação tecnológica.

A missão da agência é promover o desenvolvimento econômico sustentável da cidade de São Paulo, priorizando a geração e o fortalecimento dos negócios, por meio de soluções colaborativas, inovadoras e inclusivas, que fomentem o desenvolvimento local e as vocações econômicas da cidade.

A Ade Sampa iniciou parceria com o Banco do Povo, instituição financeira de microcrédito do Governo do Estado de São Paulo, para realizar o teleatendimento a empreendedores na divulgação da nova linha de crédito de R\$ 25 milhões para micro e pequenas empresas enfrentarem os efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus.

Durante o período de calamidade pública, fez a transição de seu atendimento do modelo presencial para o remoto, pelos canais telefônicos, e-mail e aplicativos de mensagens. No Facebook, foram promovidas lives com empreendedores e entidades em variados temas que apoiam os micro e pequenos empresários a enfrentar o período de crise em virtude do novo coronavírus.

Além disso, a Ade Sampa lançou uma iniciativa para apoiar startups que estão produzindo soluções tecnológicas, imediatamente aplicáveis no combate aos efeitos econômicos do novo coronavírus. Serão selecionados 10 projetos de empresas da capital paulista e cada um receberá o valor de R\$ 100 mil, além de um processo de mentoria de dois meses. A ação dará suporte à rápida implementação de soluções e na estruturação de um modelo de negócio que reduza os impactos econômicos da crise, garantindo a preservação de empregos no município e a geração de renda da população.



O Teia é uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, executada pela Ade Sampa, agência vinculada à pasta, que tem como objetivo oferecer uma rede de coworkings públicos com tudo que o empreendedor precisa e muitas vezes não tem acesso, por conta do alto custo desses espaços. O programa oferece espaços de trabalho compartilhado, equipados com toda a infraestrutura necessária para que empreendedores possam desenvolver suas empresas e projetos. Além disso, os espaços contam com uma grande agenda de conteúdos (palestras, oficinas e mentorias) e fomentam a criação de redes locais de empreendedores.



A Prefeitura de São Paulo já conta com cinco unidades do Teia. A primeira fica em Taipas, voltada aos empreendedores da Zona Norte, a segunda fica em Santo Amaro, com foco no público feminino, a terceira em Cidade Tiradentes, visando o setor da moda e a quarta foi inaugurada recentemente na região central, com foco na economia criativa. Já o Teia Parelheiros, localizado no extremo sul da cidade, conta com uma grade de atividades focadas nos empreendedores que atuam na região com agricultura e ecoturismo.



Programa Mais Mulheres



O Programa Mais Mulheres visa promover o desenvolvimento de competências socioemocionais e empreendedoras, por meio do empoderamento feminino de mulheres de regiões de maior vulnerabilidade social da cidade de São Paulo, que são empreendedoras e querem aperfeiçoar o seu negócio. É voltado para mulheres que já tem um negócio e querem impulsioná-lo. O Programa busca impulsionar ainda a geração de trabalho e renda, formar e fortalecer redes e parcerias (networking), conectar as participantes ao ecossistema empreendedor e fomentar o autoconhecimento entre as mulheres. Atualmente, o programa tem uma abordagem transversal a todas as capacitações da Ade Sampa, com oportunidades para inspirar e sensibilizar mulheres, qualificar tecnicamente o negócio com oficinas teóricas e práticas e realizar mentorias.

Green Sampa



O programa Green Sampa foi lançado durante a II Conferência Internacional Cidades Sustentáveis (Setembro/2019), promovida pelo Banco Mundial e pelo Programa Cidades Sustentáveis. O Green Sampa atua em quatro eixos: mapeamento de atores locais, acompanhamento e desenvolvimento de startups verdes com desafios de problemáticas da cidade, meetups para integração do setor e qualificação no eixo da sustentabilidade. A plataforma do Green Sampa funciona como um mapa das tecnologias verdes. A Prefeitura, por meio de sua agência de desenvolvimento, Ade Sampa, identifica as demandas de empresas privadas e do setor público e cruza com as soluções inovadoras de startups verdes. Esses negócios podem apresentar iniciativas em diversos eixos temáticos como água e saneamento, ecoagricultura e segurança alimentar, eficiência e clean web, energias limpas e armazenamento energético, indústria limpa e logística reversa, mobilidade urbana e transporte, parques e áreas verdes, qualidade do ar, resíduos sólidos, entre outros. A intenção é transformar a cidade de São Paulo no maior e mais importante hub de negócios ambientais e cleantechs na América do Sul, acolhendo empresas e investidores do mundo todo, gerando empregos e oportunidades para empreendedores de todos os portes na cidade.

No início do ano, a Prefeitura de São Paulo lançou o Desafio Green Sampa, para acelerar 12 iniciativas que promovessem soluções para temáticas ambientais na capital. O Programa de Desafios de Soluções Inovadoras do Green Sampa conta com projetos em quatro setores: água, clean web, energia limpa e gestão de resíduos sólidos.



A Prefeitura da capital anunciou também a criação do Hub Green Sampa – Centro de Inovação e Negócios Verdes, que será instalado na Praça Victor Civita, na região de Pinheiros, Zona Oeste. Na área externa da praça, serão realizadas ações de manutenção, de segurança, de melhorias urbanas, ambientais, paisagísticas e a promoção de programas culturais, ambientais, esportivos, sociais, de lazer e recreação. Já na área interna do prédio do incinerador, a Ade Sampa fará a transformação do local em uma incubadora e aceleradora de empresas inovadoras de tecnologias verdes. A previsão é que o equipamento comece a funcionar no segundo semestre de 2020.

Em maio de 2020, a Ade Sampa lançou a plataforma Green Sampa, para mapeamento de iniciativas verdes da capital. Na plataforma, o empreendedor cadastra a sua startup e apresenta a solução tecnológica que poderá contribuir com as problemáticas da cidade. Dessa forma, a Ade Sampa pode identificar as demandas de empresas privadas e do setor público e cruzar com as soluções inovadoras de startups verdes.

As *ecotechs* e *cleantechs* que se inscrevem concorrem a mentorias individuais. Entre as 70 startups melhor avaliadas, 20 receberão mentorias individuais e 50 um programa de qualificação com troca de boas práticas modulares, a partir dos principais desafios enfrentados por elas.



Rede Fab Lab Livre SP



A Rede FAB LAB LIVRE SP é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo, que promove a inclusão digital através da democratização do acesso e da capacitação dos cidadãos nas tecnologias de fabricação digital. Atualmente, a rede possui doze laboratórios de fabricação digital estrategicamente distribuídos no território, sendo três na região central e nove nas periferias da cidade.

Por meio da Rede FAB LAB LIVRE SP, a cidade já desenvolve projetos alinhados com o desenvolvimento sustentável. Em 2019, a Prefeitura de São Paulo aderiu à rede internacional Fab City, iniciativa global que conecta cidades dispostas a usar fabricação digital focada na sustentabilidade e no desenvolvimento dos territórios. A proposta do Fab City é a transformação das cidades em territórios sustentáveis, autossuficientes, localmente produtivos e globalmente conectados, com indivíduos e instituições que compartilham conhecimentos para alcançar seus potenciais e solucionar desafios locais. Das cidades brasileiras que aderiram, a capital paulista é a única que possui uma rede pública de fabricação digital.

A entrada na rede Fab City, permitiu uma maior articulação com a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Portanto, a Rede FAB LAB LIVRE SP tem contribuído para a municipalização da Agenda 2030 da seguinte forma:

- » ODS 5 – Igualdade de Gênero: adoção de indicadores que consideram o recorte de gênero na análise da base de dados de usuários/as que se cadastram em cursos, oficinas e desenvolvem projetos nos fab labs, visando incluir e capacitar cada vez mais mulheres em tecnologias de base e promover sua autonomia.



- » ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico: a rede possui uma meta para realização de projetos empreendedores nos fab labs, contribuindo para apoiar as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação.
- » ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura: monitoramento do total de usuários atendidos pela rede e de projetos inscritos no site oficial, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa científica, melhoria nas capacidades tecnológicas e a cultura de inovação.
- » ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis: a rede oferece oficinas gratuitas de construção de mobiliário urbano junto à comunidade, contribuindo com a meta de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países. Além disso, em 2019 a rede realizou seu primeiro programa de Residência Maker, com foco em Habitação, que resultou na construção de mobiliário urbano para um espaço público em Cidade Tiradentes, no extremo leste de São Paulo.
- » ODS 12 - Consumo e produção sustentáveis: a rede oferece oficinas gratuitas para capacitação de usuários em temáticas de desenvolvimento sustentável, como a reutilização de plástico (Precious Plastic) e de componentes eletrônicos (Kit RUTE), visando conscientizar sobre o desperdício de materiais e mostrar as possibilidades de uso da fabricação digital para criar novos projetos e produtos.

Na pandemia, momento em que os cidadãos devem permanecer em suas casas, contribuindo com o isolamento social, a Rede FAB LAB LIVRE SP disponibiliza conteúdo de fabricação digital e tecnologia para pessoas construírem seus próprios produtos com materiais acessíveis por meio da campanha #FazendoEmCasa.

A iniciativa conta com tutoriais on-line de como produzi-los, sem sair de casa e de forma gratuita, com vídeos para tirar dúvidas. Os tutoriais são publicados nas páginas do Facebook e do Instagram da FAB LAB LIVRE SP, com atividades para todas as idades. A rede tem a intenção de continuar estimulando a criatividade e a autonomia das pessoas, oferecendo atividades para que possam se distrair e continuar aprendendo.

Além disso, a rede buscou contribuir com o combate da Covid-19 na cidade de São Paulo, adaptando a infraestrutura dos laboratórios para fabricação de máscaras de proteção facial (*face shields*).

» Viaduto do Chá, Centro - São Paulo





4.4

Dimensão Social



Banco de Alimentos da cidade de São Paulo



O Banco de Alimentos da cidade de São Paulo, tem como objetivo adquirir alimentos da agricultura familiar, arrecadar alimentos provenientes das indústrias alimentícias, redes varejistas e atacadistas que estão fora dos padrões de comercialização, mas sem restrições de caráter sanitário para o consumo. Esses alimentos são doados às entidades assistenciais, previamente cadastradas no programa, contribuindo assim no combate à fome e ao desperdício de alimentos.

A equipe do Banco de Alimentos recepciona, seleciona, separa e analisa a qualidade dos produtos e os entregam às entidades assistenciais. Essas entidades se encarregam de distribuir os alimentos arrecadados à população, seja por meio de refeições prontas ou repasse direto às famílias de baixa renda. Em contrapartida, as entidades atendidas participam de atividades de capacitação e educação alimentar e nutricional.

Além das doações dos parceiros, o Banco de Alimentos recebe parte da doação arrecadada pelo Programa Municipal de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos, responsável pela coleta de frutas, legumes e verduras nas feiras livres e mercados municipais da cidade que estão em boas condições de consumo, mas que seriam descartadas por não possuir valor comercial. A ação conta com a parceria de mercados e sacolões municipais, além das feiras livres espalhadas em toda a cidade.

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, parte da população paulistana perdeu sua renda. Neste momento, o sentimento de solidariedade vem ganhando cada vez mais força entre empresas, entidades e órgãos públicos, que ampliaram fortemente a doação de alimentos e itens de higiene para o Banco de Alimentos da Prefeitura de São Paulo. Desde o mês de março até maio de 2020, foram arrecadados mais de 550 toneladas de alimentos, número superior ao arrecadado durante todo o ano de 2019, que foi de 338 toneladas.



Plano Municipal de Saúde



O Plano Municipal de Saúde (PMS) representa uma oportunidade de verificar as aspirações na saúde pública municipal e também de avaliar os avanços alcançados desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), uma das principais políticas públicas de inclusão social no Brasil.

Outro compromisso fundamental assumido pela Prefeitura, o PMS 2018-2021, tem relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No âmbito municipal, tanto a Secretaria de Gestão, quanto a Secretaria da Fazenda, já referenciam no Programa de Metas e no PPA os vínculos com os ODS. Contudo, o PMS contempla diversas discussões mais aprofundadas com profissionais de variadas áreas e se constitui em oportunidade de tornar efetiva a implementação da Agenda 2030.

Núcleos de Prevenção à Violência



O município de São Paulo possui em suas Unidades de Saúde, os Núcleos de Prevenção a Violência (NPV). Cabe aos NPVs articular ações de assistência, prevenção e promoção de saúde no nível local, no sentido de estabelecer o cuidado integral às pessoas em situação de violência.

Tem como atribuições: organizar o atendimento e criar estratégias para fortalecer o cuidado ampliado e integral das pessoas em risco ou situação de violência nos serviços, utilizando o dispositivo de projeto terapêutico singular e as tecnologias de cultura de paz, ampliar a área de atuação dos serviços por meio da criação de espaços de diálogo e de iniciativas educativas para a comunidade local. Essas ações e projetos devem contribuir para a prevenção da violência e para a promoção de uma cultura de paz, elaborar estratégias de trabalho junto às escolas, com a rede intersetorial, intersecretarial, instituições públicas, privadas e ONGs envolvidas com o tema localmente.



Plano Municipal pela Primeira Infância



O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI/São Paulo) está alinhado, em termos temporais e de conteúdo, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa conformidade demonstra o compromisso de São Paulo com a agenda de sustentabilidade global. Por consequência, os eixos estratégicos e as metas do PMPI/São Paulo visam o ano de 2030 – assim como os ODS – e sua formulação incorporou, sempre que possível e levando em consideração a realidade da cidade de São Paulo, todas as referências à infância presentes no conjunto dos 17 ODS.

A cidade de São Paulo foi uma das primeiras a colocar em prática, em 2017, uma política pública voltada à primeira infância, além de destinar recursos da ordem de R\$ 1,030 bilhão no seu Programa de Metas 2019-2020 para ela.

A Prefeitura instituiu o Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030 (decreto nº 58.514/2018), com os seguintes eixos estratégicos: garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância, garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral, garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância e garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição de gestantes e de crianças na primeira infância.

A partir do Plano Municipal foi incluído no Programa de Metas da Prefeitura o objetivo estratégico (de nº 14), “Reducir a Vulnerabilidade na Primeira Infância” que prevê: reduzir a vulnerabilidade de crianças de 0 a 6 anos nos 10 distritos mais vulneráveis para a primeira infância no município, por meio da garantia de atendimento mínimo, conforme padrão, e implementação de estratégias previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância.

Cardápio Escolar Sustentável



O Cardápio Escolar Sustentável é um projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) por meio da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE).

Este projeto tem por objetivo principal contribuir para a redução dos impactos da ação humana ao clima planetário, através da ferramenta mais efetiva de transformação: a educação, mais especificamente, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, possui cerca de 3.500 Unidades Educacionais que, em sua grande maioria, atendem à população de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, incluindo a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial. A rede municipal de ensino também possui nove escolas que mantêm o



Ensino Médio, além de unidades que oferecem cursos de educação profissional, tanto de nível básico, como de nível técnico, fazendo com que a rede educacional atenda bebês, crianças, jovens, adultos e idosos.

O principal foco do projeto é a promoção de ações de formação para o Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo, alinhadas ao Currículo Escolar da Cidade, que se trata de um documento feito sob medida, de forma participativa e vai além dos conteúdos de todas as disciplinas e áreas do saber e traça objetivos de aprendizagem específicos e claros, alinhados com as habilidades.

Essas ações são integradas, interligadas e indivisíveis, corroborando com a agenda holística dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, buscando o equilíbrio de três vertentes, a social, a econômica e a ambiental.

O Cardápio Escolar Sustentável, contribui no combate à mudança climática oferecendo na alimentação escolar das Unidades Educacionais do Município de São Paulo, em um dia da semana, preparações saborosas e saudáveis à base de proteína vegetal em substituição à proteína animal.

O Programa de Alimentação Escolar (PAE) da cidade de São Paulo fornece atualmente aproximadamente 2 milhões de refeições por dia, distribuídas em cerca de 3500 unidades educacionais. Estima-se que para a produção de carne, para um dia de carne bovina no cardápio da Alimentação Escolar, são necessários 889.721.670 litros de água e 19.870.190 quilos de equivalentes de CO₂, o que equivaleria a 6 milhões de banhos de 15 minutos e 152 milhões de quilômetros rodados de carro.

Estudos têm demonstrado que políticas que promovam a redução no consumo de proteína animal representam uma das formas mais eficazes, factíveis e baratas de alcançar vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas até 2030.

Para a SME/CODAE, a proposta do “Cardápio Sustentável” vai além da substituição da proteína animal pela proteína vegetal na alimentação escolar em um dia da semana. O projeto fortalece o envolvimento e o protagonismo das cozinheiras, que recebem orientação e passam a oferecer grãos em preparações saborosas e diversificadas.

Além disso, promove formações e visitas que favorecem o contato com a agricultura familiar e as hortas pedagógicas, que auxiliam na conscientização dos estudantes da sua participação na cadeia de consumo para que reflitam sobre o impacto ambiental das suas escolhas alimentares.



Hortas Pedagógicas



Desde 2016, são realizadas ações formativas promovidas pela SME/Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE), estruturada para estimular e fornecer subsídios teóricos e práticos para implantação e manutenção das hortas pedagógicas nas Unidades Educacionais da Cidade. Essa ação é realizada por meio de parcerias com a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e outros parceiros. Tais ações, atendem ao decreto nº 56.913 de abril de 2016 que regulamenta a lei nº 16.140, que dispõe sobre a inclusão de alimentos orgânicos e estabelece as atribuições das Secretarias envolvidas quanto à realização de programas educativos de implantação das hortas escolares, em consonância com a Política de Educação Ambiental. Por meio do monitoramento anual, também realizado pela SME/CODAE, observa-se que após o início das formações de forma sistematizada e frequente, houve um aumento significativo do número de hortas na Rede Municipal de Educação, passando de 351 hortas em 2016 para 958 hortas pedagógicas em 2019.

Núcleo de Educomunicação



O Núcleo de Educomunicação é um setor integrado à Coordenadoria Pedagógica (COPED) da Secretaria Municipal de Educação (SME), vinculado ao Núcleo Técnico de Currículo (NTC), tem como principal vetor ações formativas que visam a ressignificação do currículo escolar por meio da incorporação das linguagens da comunicação e de ações pedagógicas fundamentadas pela Educomunicação.

A Educomunicação é um novo território do saber identificado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), com o conjunto de ações voltadas para a criação de ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas.

A atuação do Núcleo de Educomunicação pode abranger todos os educadores da Rede Municipal de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs), Centros de Integração e Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBs).

As ações desenvolvidas pelo Núcleo de Educomunicação têm como objetivo incentivar o protagonismo infanto-juvenil, promover a apropriação crítica da mídia e de suas linguagens e garantir o exercício do direito à informação e à liberdade de expressão.

Um dos principais projetos é “Imprensa Jovem”, que está presente em 417 escolas municipais de São Paulo e ganhou o mundo sendo reconhecido internacionalmente com o Prêmio de Aprendizagem Criativa, concedido pela UNESCO,



como referência global em evento de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), realizado em 2019, na Suécia. Esse tipo de iniciativa, implementada há 18 anos pelas políticas públicas e programas de educomunicação em São Paulo, alinhados à Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), levou a Rede Municipal a ser reconhecida internacionalmente pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e a Unesco como prática a ser replicada no mundo.

Em 2019, a Secretaria Municipal de Educação foi pioneira no Brasil ao implementar um curso de formação de professores para o combate às notícias falsas (fake news) nas escolas. Estudantes que dominam diferentes mídias, atuam no combate às notícias falsas transformando o mundo em que vivem, a partir de projetos e práticas curriculares que estimulam a liberdade de expressão e a participação de crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam nas escolas municipais.

Diante da pandemia causada pelo novo coronavírus, alunos e professores do Programa Imprensa Jovem se mobilizaram para o enfrentamento das questões ligadas à doença. Além de produzir conteúdos sobre o isolamento social e cuidados com a saúde, as propostas discutem, de maneira crítica, os desdobramentos provocados pela Covid-19 nas mídias digitais, como a desinformação e os desafios de ampliar o ensino à distância.

Educação Escolar Indígena



Existem no município de São Paulo três Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI), nas aldeias Tekoa Pyau (Jaraquá), Krkukutu e Tenonde Porã (Parelheiros). Eles foram instituídos pelo decreto nº 44.389/2004, como resposta da Prefeitura à demanda de lideranças Guarani da cidade de São Paulo pelo fortalecimento e valorização de sua cultura.

O projeto arquitetônico dos CECIs, foi elaborado juntamente com as lideranças indígenas Guarani, respeitando as condições sócio-paisagísticas-culturais de cada aldeia. Em cada Centro de Educação Infantil Indígena (CECI) há salas de aula, biblioteca, sala de informática, rádio comunitária e Centro Cultural Indígena, todos integrados.

Nos CECIs, o calendário escolar, a organização e os horários são diferenciados, específicos, elaborados pela comunidade Guarani. De acordo com a cultura, a passagem do tempo é baseada nos ciclos da natureza e nos ensinamentos tradicionais dos mais velhos – sábios da aldeia. Há respeito aos processos próprios de aprendizagem, às especificidades da educação escolar indígena, ao mesmo tempo que favorece o acesso dos educadores e das crianças às informações e conhecimento técnico-científico da sociedade não-indígena.



Embaixadores da Juventude



A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Juventude (CPJ), e o Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (UNODC) lançaram, em 2020, o programa Embaixadores da Juventude, que aproxima participantes com variados perfis sociais, econômicos, acadêmicos, religiosos, étnicos, de orientação sexual e de identidade de gênero, com o objetivo de colocá-las(os) como protagonistas e agentes de mudança para que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU sejam alcançados.

Por meio de atividades de capacitação, exercícios de liderança, desenvolvimento de habilidades pessoais e interpessoais e estímulo ao debate inclusivo e produtivo, o programa objetiva fortalecer capacidades de liderança e ativismo entre a população jovem, com foco na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Cada edição de formação traz, a partir de estudos acerca das necessidades e oportunidades para a juventude na cidade-sede, perspectivas teóricas, estudos de caso e mecanismos de implementação em diversos temas, como: paz e justiça, igualdade de gênero, erradicação da pobreza, empreendedorismo, meio ambiente, saúde e bem-estar, entre outros. O Programa, portanto, não tem a capacitação acadêmica ou profissional como objetivos centrais, mas, o fortalecimento de cidadãs e cidadãos globais, capazes de representar diversas pautas em suas comunidades e espaços nacionais e internacionais, trazendo destaque à Agenda 2030 das Nações Unidas.

Política Municipal para a População Imigrante



A lei municipal nº 16.478/2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. A lei é a primeira do país a instituir diretrizes para a política de imigrantes em âmbito municipal. Ela institucionaliza o conjunto de políticas públicas que vêm sendo implementadas na cidade de São Paulo.

O processo elaborativo da lei municipal, foi realizado por meio do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante, que teve o papel de promover e articular as políticas públicas migratórias no município, de forma transversal e sob a ótica do imigrante.

Em maio de 2013, foi criada a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Essa é a única estrutura municipal no Brasil projetada exclusivamente para desenvolver e implementar políticas públicas para migrantes internacionais. Como resultado do trabalho desta coordenação, juntamente com o apoio de organizações da sociedade civil e migrantes internacionais que vivem na cidade, foi sancionada em julho de 2016 uma lei formalizando a Política Municipal de São Paulo para a População Imigrante.



Após a lei, políticas públicas pioneiras previamente estabelecidas, tal como a criação do Centro de Referência e Assistência ao Imigrante, foram consolidadas e ampliadas. A lei está fundamentada no respeito aos direitos humanos dos migrantes que vivem na cidade, independentemente de sua situação migratória ou documental, bem como de sua nacionalidade. Nesse sentido, é importante ressaltar que, no âmbito desta Política, refugiados e imigrantes possuem os mesmos direitos.

A política local de governança das migrações de São Paulo, reconhecida internacionalmente por seu caráter inclusivo e inovador, levou o município a ser selecionado para o projeto-piloto de aplicação dos MGI (Migration Governance Indicators, em português: Indicadores de Governança de Migração) no nível local, juntamente com Acrá, em Gana, e Montreal, no Canadá. A escolha foi feita após sondagem com diversas cidades com grande diversidade cultural e migratória.

A Nova Agenda Urbana (NUA) integrou, pela primeira vez, em uma estrutura da ONU, o tema da migração no planejamento estratégico e no gerenciamento de cidades e sistemas urbanos. Tal postura, foi um reconhecimento significativo do papel dos governos locais não apenas na gestão da migração no nível local, mas também na realização das dimensões urbanas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo, mas não se limitando ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 11, que foi concebido para tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Em um esforço para apoiar a discussão entre os diferentes níveis de governos sobre a governança da migração, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) adaptou os Indicadores de Governança de Migração (MGI, na sigla em inglês) para o nível local. Os MGI locais procuram oferecer uma visão mais abrangente do cenário de governança de migração de um país, ao justapor uma dimensão local às análises nacionais dos MGI. Tal como o seu equivalente nacional, os MGI locais baseiam-se num conjunto de 87 indicadores, que ajudam as autoridades locais a avaliarem as estratégias ou iniciativas locais de migração, bem como identificar boas práticas e áreas com potencial para um maior desenvolvimento. O objetivo do exercício é fomentar o diálogo sobre migração entre governos nacionais e autoridades locais, e permitir que as autoridades locais aprendam umas com as outras, discutindo desafios comuns e identificando possíveis soluções.

Transcidadania



O Programa promove a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade. Utilizando o desenvolvimento da educação como principal ferramenta, as beneficiárias e os beneficiários recebem a oportunidade de concluir o ensino fundamental e médio, ganham qualificação profissional e desenvolvem a prática da cidadania. Outro diferencial do programa, que já virou destaque mundial por ser inovador, é a transferência de renda, que possibilita a disponibilidade das beneficiárias e beneficiários em concluírem a carga obrigatória de atividades. Cada beneficiária (o) recebe acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico durante os dois anos de permanência no programa. O Transcidadania é norteado por três principais eixos de atuação: autonomia, cidadania e oportunidades.



Programa Tem Saída



O Tem Saída, lançado em agosto de 2018, é uma política pública voltada à autonomia financeira e empregabilidade da mulher em situação de violência doméstica e familiar. A ação é uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura de São Paulo, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, OAB-SP e ONU Mulheres.

O Tem Saída conta com o apoio de empresas privadas, que viabilizam vagas de emprego para as mulheres atendidas pelo programa. Esse conjunto de esforços busca promover a reinserção dessas mulheres no mercado de trabalho, contribuindo para a independência financeira da mulher e o fim do ciclo de violência.

Programa São Paulo Amigo do Idoso



O Programa São Paulo Amigo do Idoso e o Selo Amigo do Idoso foram criados como instrumentos de promoção de amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para desenvolver territórios amigáveis a todas as idades, adotando os mesmos paradigmas da Organização Mundial da Saúde (OMS) do Envelhecimento Ativo, otimizando oportunidades de participação, saúde, educação e segurança, com vistas a qualidade de vida das pessoas no processo de envelhecimento.

O Selo Amigo do Idoso, iniciativa do governo estadual da qual a cidade de São Paulo é signatária, foi constituído com o objetivo de estimular os municípios, entidades públicas e sociedade civil a implantarem ações referenciadas pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso. A cidade de São Paulo é signatária.

A capital conta com cerca de 1.340.000 pessoas idosas, sendo 17% em situação de vulnerabilidade (223.000), de acordo com a Fundação Seade. A Prefeitura de São Paulo é certificada por ter o Grande Conselho Municipal do Idoso constituído desde 1992 e por realizar um diagnóstico de idosos no município e de gestão sobre as políticas e ações para a garantia dos direitos da pessoa idosa nos Planos Municipais de Saúde e Assistência Social, cobertura vacinal e atuação na prevenção de quedas.



Vida Segura - Plano de Segurança Viária 2019-2028



O projeto tem como objetivo transformar São Paulo em uma das cidades com trânsito mais seguro do mundo, e vai nortear a execução de políticas públicas para a redução de ocorrências graves e mortes no trânsito.

Com o Vida Segura, todas as secretarias e órgãos da Prefeitura estão trabalhando juntos em prol da segurança viária da população. São Paulo é pioneira no Brasil na adoção de um plano comprehensivo, baseado nos conceitos de Visão Zero e Sistemas Seguros, promovendo políticas estruturadas e coordenadas, tratando a segurança nas ruas como premissa e prioridade máxima da atuação governamental. Ao fazer isso, a cidade reconhece o protagonismo da promoção de segurança viária como medida de saúde pública, uma vez que essas mortes e lesões são evitáveis e o poder público tem papel essencial na prevenção desses acidentes.

A Prefeitura conta com a parceria da Iniciativa Bloomberg para Segurança Global no Trânsito. Capitaneada pela Bloomberg Philanthropies, a Iniciativa faz parte de um acordo de cooperação com a Prefeitura que inclui todas as secretarias e departamentos que tenham envolvimento com o tema da segurança viária. Além disso, a Iniciativa conta com a colaboração de diversas entidades internacionais, incluindo *Vital Strategies*, *International Association of Chiefs of Police (IACP)*, *Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health (JHSPH)*, *Global Road Safety Partnership (GRSP)*, *Global Designing Cities Initiative (NACTO)*, *World Resources Institute (WRI)*, *International Road Assessment Programme (IRap)* e *Global Road Safety Facility do Banco Mundial (GRSF)*.

Plano Cicloviário



Considerando as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico de São Paulo – PDE (lei municipal nº 16.050/2014), assim como o disposto no Plano de Mobilidade do Município de São Paulo – PlanMob/SP (decreto municipal nº 56.834/2016), o Plano Cicloviário do Município de São Paulo 2019- 2028, constitui parte integrante da política de planejamento da cidade e busca consolidar o uso da bicicleta como veículo de transporte na cidade, de caráter inclusivo e universal, e garantir a segurança dos cidadãos em seus deslocamentos. Tem também por objetivo consolidar uma rede cicloviária abrangente, segura e integrada, contemplando os elementos da infraestrutura urbana para circulação, estacionamento e oferta de bicicletas compartilhadas, bem como ações complementares de comunicação e educação. Suas principais metas são implantar 173km de infraestruturas cicloviárias, levando à cidade ao total de 677km, e requalificar 310km, até 2020. Para 2028, o plano prevê que a cidade chegue a 1800 km.



Programa “Pode Entrar”



O “Pode Entrar” é um programa habitacional desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo para incentivar a produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda. Com o objetivo de diminuir o déficit habitacional, o programa vai atender famílias com renda bruta de até três salários mínimos e famílias com renda de até seis salários, por meio de carta de crédito subsidiada pela prefeitura. Diferentemente das cotas de programas habitacionais que seguem as diretrizes do Governo Federal (Minha Casa Minha Vida), no programa do município de São Paulo serão destinados 5% das unidades de todos os empreendimentos construídos à pessoas com deficiência, 5% para pessoas idosas e 5% para mulheres atendidas por medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha.

Programa de Urbanização de Favelas



O Programa de Urbanização de Favelas é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação e tem como foco a urbanização e a regularização fundiária de áreas degradadas, ocupadas desordenadamente e sem infraestrutura. A urbanização é indispensável para a regularização fundiária dessas áreas que, por sua vez, é fundamental para promover a inserção dessa população no contexto legal da cidade. Este é o maior Programa de Regularização Urbanística e Fundiária do país e abrange ainda loteamentos irregulares e precários. O projeto de urbanização de Paraisópolis é referência internacional em habitação sustentável. Os conjuntos atenderam a 39 critérios de sustentabilidade, todos relacionados a qualidade urbana, com melhorias no entorno e recuperação de áreas degradadas, projeto e conforto, com iluminação natural das áreas comuns, conservação de recursos materiais, com a utilização de componentes pré-fabricados e facilidade de manutenção da fachada, gestão de água, com dispositivos economizadores e práticas sociais, com capacitação profissional e ambiental dos moradores.



Telecentros



Os Telecentros fazem parte da política de inclusão digital da Prefeitura de São Paulo desde 1997 e cumprem papel estratégico na relação com a comunidade. Com cursos de qualificação, monitoria e auxílio na produção de currículos e vagas de emprego, os equipamentos são referência no esforço das pessoas em se recolocarem no mercado de trabalho.

A Prefeitura de São Paulo possui 131 Telecentros que realizam, em média, cerca de 164 mil atendimentos mensais. São equipamentos públicos da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia que contribuem para promover o desenvolvimento humano, econômico e social por meio do uso da linguagem digital como elemento básico para o exercício da cidadania.

Todas as unidades disponibilizam acesso a computador com internet para a população e agentes mediadores que auxiliam na navegação pela rede mundial de computadores e se dedicam ao letramento digital da população. São espaços para aprender, produzir, consumir e empreender.

Outra frente de atuação é a oferta de palestras, workshops e o aperfeiçoamento das habilidades no uso da internet e dos meios digitais, qualificando os usuários e usuárias tanto para o mercado de trabalho, quanto para o empreendedorismo regional e o desenvolvimento de alternativas para melhorar de vida.

Programa São Paulo Capital da Cultura



Composto por dez movimentos estratégicos, o programa reúne desde a integração do calendário cultural de São Paulo, passando pela valorização da memória, ocupação cultural da cidade, fomentos e pertencimento dos equipamentos públicos, até a difusão literária, fortalecimento do audiovisual, reencontro com os valores modernistas e o reconhecimento da potência cultural da cidade pelos fóruns internacionais.

O programa São Paulo Capital da Cultura promove um amplo processo de integração e comunicação para a criação do portfólio da vitalidade abundante da cultura paulistana. Os dez movimentos, alinham São Paulo com sua grande vocação e posicionam a cidade como uma das maiores capitais de cultura do mundo. Fazem parte do programa os seguintes movimentos:

1- Agendão: é o calendário integrado da programação cultural de ocupação da cidade, dos espaços públicos, das instituições privadas culturais e grandes eventos privados. Tem como objetivos mapear, organizar, integrar, comunicar, georreferenciar, qualificar a busca como parte fundamental do posicionamento de São Paulo como uma capital de cultura.



2- Ocupação cultural: relacionado à potencialização de atividades culturais em espaços públicos para consolidar a realização de eventos de rua como uma das marcas da cidade de São Paulo.

3- Pertencimento e vínculo: aproximação dos equipamentos com expressões territoriais e vocações a fim de democratizar o acesso dos grupos e coletivos culturais à programação dos equipamentos da Prefeitura e buscar vocação para determinados equipamentos.

4- Difusão literária: promoção da leitura e a literatura em todas as suas manifestações, com o reconhecimento e fortalecimento de expressões e tecnologias literárias contemporâneas. O objetivo é ampliar ações de incentivo à leitura e à literatura, consolidando o trabalho de formação de leitores e a potência cultural de novas linguagens.

5- Memória paulistana: valorização das diversas manifestações, práticas culturais e agentes de cultura a partir da articulação entre o patrimônio cultural material e imaterial de São Paulo. Propõe-se dar visibilidade e reconhecimento às memórias dos habitantes da cidade de São Paulo e incitar a comunidade a observar e viver o patrimônio cultural como experiência coletiva e de pertencimento.

6- Formação: dimensão cidadã da cultura que atende todos os públicos e realiza formação e garante a ampliação do campo de pesquisa e de trabalho para os artistas. Para isso, a Prefeitura busca manter ações contínuas de formação em todas as áreas e linguagens artísticas.

7- Incentivo e fomento: fortalecimento da criação e circulação da produção cultural da cidade, por meio de reuniões públicas com intuito de articular e integrar projetos fomentados com a programação cultural e ampliar sua difusão, destravar, desburocratizar e promover melhorias em programas já existentes.

8- Difusão audiovisual: conjunto de ações para transformar São Paulo em polo audiovisual de referência internacional e levar o audiovisual a eventos de outras linguagens.

9- Novos modernistas: projeto que abre as comemorações do centenário da Semana de Arte Moderna de 22, reconectando o Theatro Municipal de São Paulo e a Praça das Artes ao multiculturalismo da cidade, com programação marcada pelo cruzamento de linguagens artísticas e pela união de diferenças.

10- reconhecimento: visa potencializar e posicionar nacionalmente e internacionalmente a vitalidade cultural abundante da cidade. São Paulo ser percebida tanto pela população como por outras cidades como uma capital da cultura.



Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo



O Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) de São Paulo foi instituído pela lei 16.333/2015, com o objetivo de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura. Tem como princípios “o reconhecimento à literatura como direito humano, a compreensão de sua natureza formativa e o incentivo à imaginação, à criação e à educação literária” e “a defesa e a promoção da diversidade cultural, de gênero, étnico-racial, política e de pensamento”.

O Plano apresenta metas de curto, médio e longo prazo para resultados práticos no horizonte de dez anos desde sua criação. As diretrizes do documento consideram o desenvolvimento sustentável da economia do livro e o estímulo à capilarização da indústria e do mercado editorial na cidade, a pessoa com deficiência em todas as atividades desenvolvidas, a leitura e a escrita como meios fundamentais de produção, reflexão e difusão da cultura, da informação e do conhecimento. Além disso, é um instrumento que valoriza o protagonismo da literatura periférica na cidade, assim como da literatura feita por mulheres, por negros e pela população LGBT. Dentre os objetivos do PMLLLB está o de “promover e fomentar a literatura não hegemônica, a literatura marginal periférica e a literatura de mulheres, negros e LGBT”.

Programa Virando o Jogo



O Virando o Jogo é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e parceiros intersecretariais, como a Guarda Civil Metropolitana, as Prefeituras Regionais, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e a Secretaria de Habitação.

O programa foi criado em 2010 e atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na região central da cidade, levando a elas o acesso ao esporte e lazer. O impacto na vida dos contemplados pelo projeto vai muito além da atividade física ou do esporte, pois geram resultados positivos dentro das famílias que vivem na região. O intuito é “garantir o acesso ao esporte e lazer como um poderoso instrumento de inclusão e transformação social, buscando o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação educacional”.



Programa Ruas de Lazer



O programa Ruas de Lazer é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME), iniciada na década de 70, que oferece à população a oportunidade de organização, execução e desfrute de atividades de lazer e recreação nas ruas da cidade, transformando-as em ambientes de convivência e estimulando a apropriação dos espaços públicos a partir da iniciativa dos municípios.

As Ruas de Lazer complementam uma vasta rede de atrações culturais e de lazer oferecidas pela cidade, como museus, parques, áreas naturais, teatros, casas de shows e clubes sociais. Além das atividades, o programa garante a preservação de iniciativas populares, de natureza física e esportiva, como fator de identidade cultural da comunidade, espaços para a expressão dessas manifestações culturais da população paulistana e a organização popular no planejamento e gerenciamento das atividades dessas ruas.



» Elevado Presidente João Goulart - São Paulo



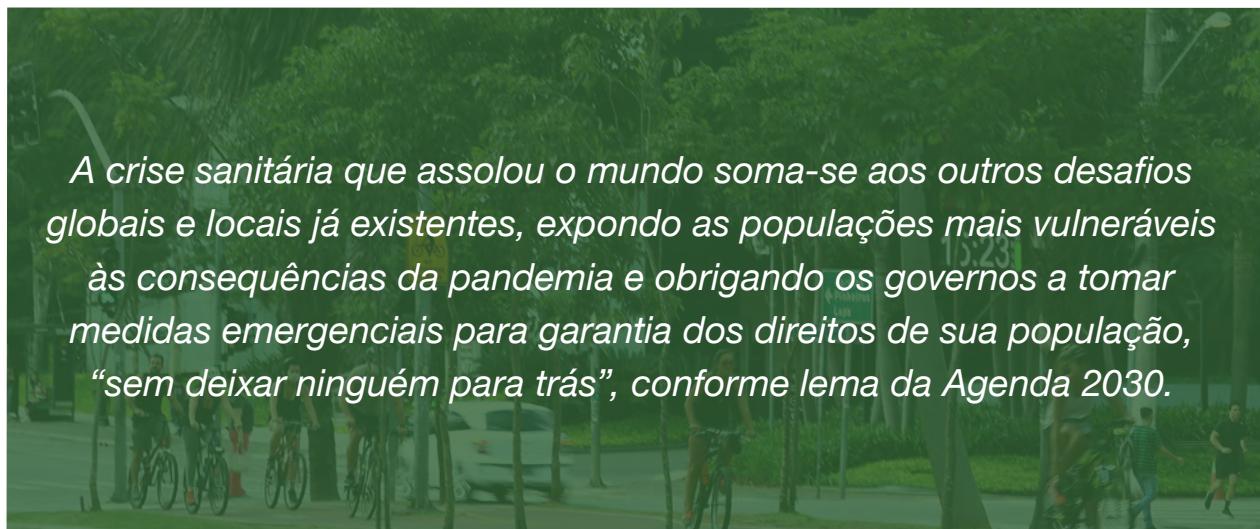
4.5

Iniciativas de Enfrentamento à Covid-19



Considerando os pilares de desenvolvimento social, econômico e ambiental, a Prefeitura de São Paulo tem apresentado respostas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020, o surto da doença constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais alto nível de alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS), conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

A cidade de São Paulo registrou seu primeiro caso em 23 de fevereiro de 2020. Um mês antes (10 de janeiro), a Prefeitura já havia começado a se preparar, desenvolvendo estratégias e sistemas para lidar com a doença. À medida que a pandemia avançou em cidades e países do mundo todo, representantes de órgãos municipais de São Paulo participaram de várias discussões e seminários on-line internacionais para se inspirarem em boas práticas que emergiam mundo afora, e também para compartilhar as ações de resposta do município.



» Avenida Faria Lima, Pinheiros – São Paulo

Nesse sentido, a cidade de São Paulo implementou diversas ações, alinhadas às diretrizes da ONU, para diminuir os prejuízos causados pela pandemia.



Saúde

Considerando a situação epidemiológica internacional do novo coronavírus (SARS-CoV-2), classificado posteriormente como pandemia, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) antecipou-se na organização de ações preventivas para o seu enfrentamento, em parceria com os demais atores.

A Secretaria de Saúde antecipou as estratégias de enfrentamento, com capacitação aos profissionais de saúde e sensibilização da população antes mesmo da ocorrência dos primeiros casos no município. Em 10 de janeiro de 2020, a SMS iniciou a estruturação das ações de vigilância e assistência, partindo da divulgação de estratégias de prevenção, da estruturação de canal para notificação de casos suspeitos e planejamento da organização das redes de atenção à saúde.



» Hospital Municipal de Campanha de combate ao novo coronavírus no Pacaembu - São Paulo

A SMS reorganizou o sistema municipal de saúde para o enfrentamento à Covid-19, definindo atribuições necessárias aos diferentes níveis de atenção de saúde no município. As necessidades relacionadas aos serviços de saúde são dinâmicas, por isso, o planejamento em saúde está em constante revisão, com base na situação epidemiológica da cidade.

Em relação à Atenção Básica, ordenadora do cuidado em saúde, destaca-se seu papel no monitoramento e cuidado da população de seu território. Tendo em vista o conhecimento dos principais fatores associados ao risco de morte nessas populações e das dificuldades no autocuidado e monitoramento de suas condições de saúde, como hipertensão e diabetes, as unidades básicas de saúde atuam de maneira pró-ativa, como sentinelas de detecção precoce de casos.

São os principais pontos de atenção no enfrentamento à Covid-19:

Unidade Básica de Saúde (UBS): ações de promoção e prevenção, monitoramento e acompanhamento dos casos sintomáticos leves, encaminhamento de casos para os hospitais de campanha e de referência;

Hospital de Campanha – Anhembi: referência para rede básica e hospitalar para casos de baixa complexidade com potencial de agravamento, conforme quadro clínico e comorbidades e para casos de média complexidade;



Hospital Municipal: atendimento dos casos críticos em enfermaria e UTI;

Hospital de Campanha – Pacaembu: assistência aos casos graves em restabelecimento que necessitem de continuidade do cuidado e pacientes Covid oncológicos, com objetivo de reduzir a pressão aos leitos de UTI dos hospitais municipais;

Rede de Urgência e Emergência - UPAs, PS, AMAs 12h e 24h, PA: atendimento a situações de emergência, observação e pronto-encaminhamento para os hospitais de campanha e de referência.

Para ordenamento dessa rede, a SMS tem organizado documentos técnicos, como fluxos e recomendações técnicas, que subsidiam as ações e orientam o cuidado ofertado em cada ponto de atenção como protocolos para qualificação da atenção como Manejo Comunitário – Trabalho em parceria com a população; Recomendações para Tratamento Clínico Oportuno; e Fluxo de Encaminhamento e Recomendações Técnicas para Atenção Básica foram implementados.

A expansão escalonada e contínua dos leitos de UTI resultou em cenário de maior estabilidade, em comparação com as projeções realizadas. Nesse sentido, o crescente número de pacientes internados impactou moderadamente nas taxas de ocupação. Pode-se verificar isso pela observação da evolução dos leitos de UTI operacionais Covid-19 e a respectiva taxa de ocupação. Em março de 2020, havia 123 pacientes para 167 leitos UTI Covid (taxa de ocupação de 70%). Em 27/05 com crescimento gradual de leitos, existiam 856 leitos operacionais ocupados com 778 pacientes (taxa de ocupação de 92%), dentro de um processo de implantação de 1.007 leitos. Se o cenário de leitos no mês de março se perpetuasse até aquela data o município entraria em colapso, com uma taxa de ocupação de 334%.

Com o enfoque na organização da rede de atenção à saúde, ampliação de leitos de UTI Covid e contratação de novos profissionais na rede básica e hospitais, esses esforços culminaram na estruturação da assistência em toda linha de cuidado para Covid-19, com consequente controle da pressão no sistema de saúde, dada a atribuição de papéis aos diferentes de pontos de atenção e ampliação dos leitos.

A preparação de novos hospitais de campanha na cidade de São Paulo começou em março, aumentando a capacidade de leitos para pacientes com Covid-19. Dois locais principais foram escolhidos: o Estádio Pacaembu e o Centro de Eventos do Anhembi. Ambos começaram a operar no início de abril.

Além dos dois hospitais de campanha, a cidade de São Paulo possui 20 hospitais municipais que atendem pacientes com Covid-19. Isso inclui a recente expansão do Hospital Municipal de M'Boi Mirim, localizado na zona norte da cidade, para criar 100 novos leitos de UTI. Com o apoio de parceiros do setor privado, a expansão foi concluída em apenas 36 dias e foi considerada a construção hospitalar mais rápida do Brasil.

São Paulo adotou medidas de distanciamento social para impedir a disseminação da doença e promoveu campanhas de conscientização sobre medidas de prevenção e de higiene. Por meio da Secretaria Municipal das Subprefeituras, a cidade mantém ações de prevenção à disseminação e combate à Covid-19. As medidas contemplam as 32 Subprefeituras, Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), Serviço Funerário, feiras livres, mercados municipais, sacolões e centros de abastecimento. A Prefeitura também preparou um Plano de Contingência Funerária que visa garantir a dignidade das vítimas e de seus familiares.



População Indígena

A Prefeitura de São Paulo também iniciou uma ação para a distribuição de máscaras e kits de higiene para 3 mil indígenas, de 900 famílias, em 12 aldeias localizadas no município. O material é acompanhado de folhetos sobre orientações gerais de prevenção da Covid-19 e como lavar as mãos de forma correta, traduzidos para o guarani. A iniciativa tem o objetivo de prevenir e orientar os moradores dos locais sobre a doença.

Para a iniciativa, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) adquiriu 6 mil máscaras fabricadas por meio do programa “Costurando pela Vida”, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), no qual costureiras e artesãos foram contratados para a produção de máscaras e outros dispositivos médicos identificados como prioritários durante a quarentena do novo coronavírus. Já foram produzidas mais de 2 milhões de máscaras para profissionais da saúde e da assistência social, além de 500 mil protetores faciais e 500 mil aventais. As máscaras produzidas, além de proteger a população que habita as aldeias indígenas do contágio do novo coronavírus, ajuda pequenos empreendedores e costureiras a gerarem renda no momento de diminuição da atividade econômica.

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e da Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico (Cosap), recebeu doação de 13 toneladas de ração animal. A entrega foi feita pela World Animal Protection (WAP) e foi destinada aos animais que vivem em aldeias indígenas monitoradas pela Cosap e animais de pessoas em situação de rua.

Zeladoria

Serviços essenciais à população como capinação, limpeza de córregos, limpeza de bocas de lobo, manutenção de galerias, entre outros, são realizados com maior eficiência e menor tempo. Tais serviços são fundamentais para evitar doenças que também acontecem em época semelhante, como é o caso da dengue. Todas as equipes de trabalho da Prefeitura recebem orientações sobre os cuidados e formas de prevenção à Covid-19. Os trabalhadores utilizam equipamentos de proteção individual durante as ações, de acordo com a necessidade do serviço.

Resíduos Sólidos

A Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), apresentou plano de contingência de gestão de resíduos sólidos para a cidade. As ações foram elaboradas em parceria com os consórcios de varrição e coleta domiciliar, seguindo as diretrizes da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA) e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), de Portugal, bem como da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPI).

O plano, cuja aplicação varia conforme as mudanças do cenário da pandemia, foi dividido em três etapas: preventivas, administrativas e operacionais. Essas medidas visam garantir a proteção da saúde pública, dos colaboradores e prevenir a expansão do vírus. As ações tomadas, visando a segurança dos agentes de limpeza urbana, consistem na ampliação dos protocolos de higiene nos alojamentos, garagens e veículos, além do reforço na comunicação com os funcionários, orientados diariamente sobre o tema.



População em Situação de Rua

De acordo com o Censo da População em Situação de Rua, de 2019, 24.344 pessoas estão desabrigadas na cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS) realizou 416.704 atendimentos de serviços de assistência social a pessoas em situação de rua entre 16 de março e 17 de abril para descobrir e atender às necessidades dessa população. Sete novos Centros de Acolhimento de emergência foram criados com funcionamento 24 horas por dia e com oferta de 594 novas vagas para pessoas em situação de rua.

No centro da cidade, foram instaladas estações para oferecer aos moradores de rua acesso a refeições, banheiros, lavanderia, kits de higiene e orientações de saúde. Por toda a cidade, mais de 200 pias com água potável também foram instaladas para permitir que a população em situação de rua lavassem as mãos durante a pandemia. Mais de 500 mil kits de higiene e limpeza foram distribuídos por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, juntamente com a iniciativa privada e a Cruz Vermelha Internacional.

Para a higiene da população em situação de rua, a Prefeitura realizou a instalação de pias comunitárias na Praça da Sé, Pátio do Colégio, Largo Paiçandu, Rua São Bento, Praça da República, Largo General Osório, Parque Dom Pedro, Largo do Arouche, Praça da Liberdade, Praça Ouvidor Pacheco da Silva e Praça Princesa Isabel.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, lançou um projeto de credenciamento de empresas e restaurantes, “Rede Cozinha Cidadã”, pelo qual restaurantes credenciados fornecem refeições para pessoas em situação de rua. Isso permite a geração de renda para as empresas e ajuda a combater a insegurança alimentar e nutricional entre a população em situação de rua. Desde a data em que se iniciou a distribuição efetiva das marmitas produzidas pelos estabelecimentos credenciados, foram distribuídas aproximadamente 600.000 refeições.

Com o objetivo de verificar o impacto da iniciativa, a Secretaria realizou uma pesquisa com os 68 restaurantes convocados pelo edital e habilitados a prestar o serviço de alimentação. Dos 60 estabelecimentos que responderam ao questionário, 55% revelaram que a ação proposta pela Prefeitura evitou o fechamento do negócio. Para 33%, a medida impediu a redução do quadro de funcionários e 12% disseram que a iniciativa permitiu a manutenção do capital de giro da empresa.

Além disso, a ação “Cozinhando pela Vida”, liderada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, possibilitou que organizações da sociedade civil apresentassem planos de trabalho para a produção de aproximadamente 180 mil refeições, sendo almoço e jantar, para a população em situação de vulnerabilidade. É um projeto de geração de renda e segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade, utilizando as cozinhas de equipamentos públicos que estão fechados em razão do estado de calamidade.

O Cozinhando pela Vida, também incentiva o comércio local. As entidades adquirem os itens para a produção das refeições nos estabelecimentos próximos das cozinhas ou organizações participantes.



Programa Cidade Solidária

O “Cidade Solidária” é um projeto colaborativo entre a administração municipal e organizações da sociedade civil, para mobilizar voluntários e criar uma rede para ajudar famílias em situação de extrema vulnerabilidade. A iniciativa apoia idosos, indivíduos com doenças pré-existentes, pessoas com deficiência e famílias que vivem em áreas urbanas marginalizadas (favelas).

A população pode doar cestas de alimentos e cestas de higiene e limpeza em oito pontos de drive-thru distribuídos na cidade, nos nove pontos de coleta do programa, ou doar qualquer valor em dinheiro para um Fundo, com destinação exclusiva para aquisição de cestas e complementação de renda às famílias. A população também pode entregar doações diariamente nas estações de metrô, trem e nos terminais de ônibus. O programa foi criado em abril de 2020 e em três meses já entregou aproximadamente 1 milhão de cestas básicas.

Educação

Na área da educação, o recesso nas escolas municipais, que acontece no mês de julho, foi antecipado para reduzir o risco de infecção pelo novo coronavírus. Devido à pandemia de Covid-19, a Secretaria Municipal de Educação (SME) adiantou esta data de 23 de março a 09 de abril. As escolas permaneceram fechadas após esse período, para cumprir as medidas de quarentena aplicadas pelos decretos do governo municipal e estadual. Isso reduziu o impacto sobre estudantes e educadores, uma vez que o calendário educacional municipal permanece válido.

O sistema de ensino municipal forneceu treinamento on-line sobre ensino a distância para os professores. A iniciativa de ensino a distância (EAD) integra ações e atividades para diferentes séries, incluindo a Educação Infantil. Mais de 1 milhão de alunos receberam materiais de ensino EAD. Além dos materiais impressos, a Prefeitura realizou parceria com o Google Sala de Aula e disponibilizou o conteúdo também na versão on-line. Além de atender os estudantes da rede municipal de São Paulo, o material disponibilizado permite também que outras redes educacionais do Brasil façam uso do conteúdo para ensinar em suas respectivas cidades.

Os pais e responsáveis também recebem dicas sobre como organizar uma rotina de estudos, que inclui atividades e jogos, para que os alunos permaneçam motivados a estudar e continuar aprendendo durante a pandemia. Além disso, o material educacional fornece sugestões para famílias de alunos com deficiência para orientar e integrar esses estudantes nessa nova rotina em casa.

O Programa de Alimentação Escolar apoia cerca de 600.000 crianças matriculadas no sistema de ensino municipal. O programa transfere mais de R\$ 40 milhões por mês, em vale-alimentação, para as famílias comprarem comida em casa, garantindo que as crianças socialmente vulneráveis sejam alimentadas durante a pandemia. Além disso, as famílias recebem orientações nutricionais, sobre hábitos alimentares mais saudáveis, alimentos que devem ser evitados e sobre aqueles que devem ser inclusive proibidos.



Trabalho e Empreendedorismo

O período de isolamento, também pode ser uma oportunidade de capacitação para jovens que buscam uma oportunidade de trabalho ou para quem deseja ampliar os conhecimentos e até abrir um negócio próprio. Buscando alternativas de capacitação para a população e apoio ao empreendedorismo durante a quarentena, a Prefeitura, por meio da Fundação Paulistana, entidade vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), realizou transmissões ao vivo e compartilhou vídeo aulas e *podcasts* com conteúdos sobre gestão de negócio no Portal do Cate (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo).

Esse portal é uma ferramenta gratuita, que pode ser acessada de qualquer computador, *tablet* ou *smartphone*, acessível para o público que busca se preparar ainda mais para as oportunidades. O conteúdo aborda desde questões técnicas de um negócio, como a gestão de gastos, pagamentos de funcionários, empréstimos e modernização, até cuidados que o empreendedor deve ter, como manter a saúde mental em tempos de crise, dicas de linha de crédito acessível e o uso da internet para a venda de produtos.

População refugiada e migrante trans e travesti

A Prefeitura de São Paulo e a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), lançaram um Protocolo Operacional Padrão (POP) que orienta o atendimento humanizado à população refugiada e migrante trans e travesti vivendo na capital paulista. Trata-se de uma iniciativa inédita e fundamental para assegurar a garantia de direitos a essa população migrante que, em todas as fases do ciclo de deslocamento, enfrenta uma série de dificuldades e ameaças como a discriminação, violência, dificuldade de acesso a serviços humanitários e barreiras para articular suas necessidades de proteção.

Pessoa com deficiência

Por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), em virtude do aumento do número de casos de Covid-19, a Prefeitura também fez um levantamento junto às entidades e associações que atendem pessoas com deficiência, sobre as necessidades desse público durante o período da quarentena. A Prefeitura abriu um chamamento público para selecionar até 20 projetos, com investimento total de R\$ 600 mil, para desenvolver ações que visem à implementação da acessibilidade como direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) participantes deverão enviar projetos que atendam às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde e Secretaria Municipal da Saúde em relação à pandemia causada pelo novo coronavírus.

De abril a junho, mais de 400 atendimentos foram realizados pela Paraoficina Móvel para atender pessoas com deficiência que fazem uso de órteses, próteses e outros meios auxiliares de locomoção. Além disso, dois robôs chegaram a hospitais municipais de São Paulo para auxiliar pacientes que precisam de reabilitação por conta de alguma disfunção cognitiva.



A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência criou o “Canal COVID-19” para interlocução das pessoas com deficiência auditiva com o Portal 156, plataforma de requisição de serviços municipais, dentro da Central de Intermediação em Libras (CIL). Além disso, uma página web sobre Covid-19 foi desenvolvida com informações específicas para pessoas com deficiência, com a finalidade de reunir as informações importantes sobre a pandemia, considerando que muitas pessoas com deficiência fazem parte do grupo de risco e estão em situação de vulnerabilidade.

Famílias com membros com deficiência e em situação de vulnerabilidade social receberam doações de cestas básicas, kits de higiene, entre outros itens. Para atender as pessoas deficientes em situação de extrema vulnerabilidade foi criado um Centro de Acolhimento Emergencial (CAE).

Cultura

Na área da cultura, a Prefeitura realizou chamadas públicas para os interessados participarem da “Biblioteca Online”. O projeto dá continuidade às ações de incentivo à cultura e ao setor artístico durante o período de restrições a aglomerações devido ao combate à Covid-19. Os artistas interessados podem enviar as propostas nas modalidades: apresentações artísticas, vivências, intervenções artísticas, livro, leitura e literatura. Mais de R\$ 3,5 milhões de recursos foram disponibilizados para o setor cultural por meio de editais de fomentos.

A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) disponibilizou programação on-line do Theatro Municipal, Biblioteca Mário de Andrade e Centro Cultural São Paulo. Além disso, a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (Spcine), vinculada à SMC, concedeu acesso gratuito a todo o conteúdo da plataforma pública de streaming Spcine Play. São aproximadamente 230 títulos, entre filmes, séries, shows e conteúdos exclusivos de qualquer lugar do Brasil.

Serviços digitais

Diante do cenário de crise causado pelo novo coronavírus, mais do que poupar tempo e recursos, ampliar a oferta de serviços digitais significa poupar vidas. O munícipe não precisa sair da sua casa para solicitar atendimento à Prefeitura. Mais de 400 serviços estão acessíveis por plataformas digitais.

Transparência e Acesso à Informação

A Prefeitura também simplificou e agilizou processos de compras e contratações, porém sem abrir mão da transparéncia. Considerando a informação pública de interesse coletivo um direito fundamental, a Prefeitura disponibiliza os dados assim que coletados, priorizando os dados cuja utilidade é sensível ao tempo. Assim, a Prefeitura de São Paulo constou entre as 10 cidades mais transparentes na divulgação de informações relacionadas à Covid-19, segundo avaliação feita no mês de junho pela Organização Não-Governamental (ONG) Transparéncia Internacional Brasil.

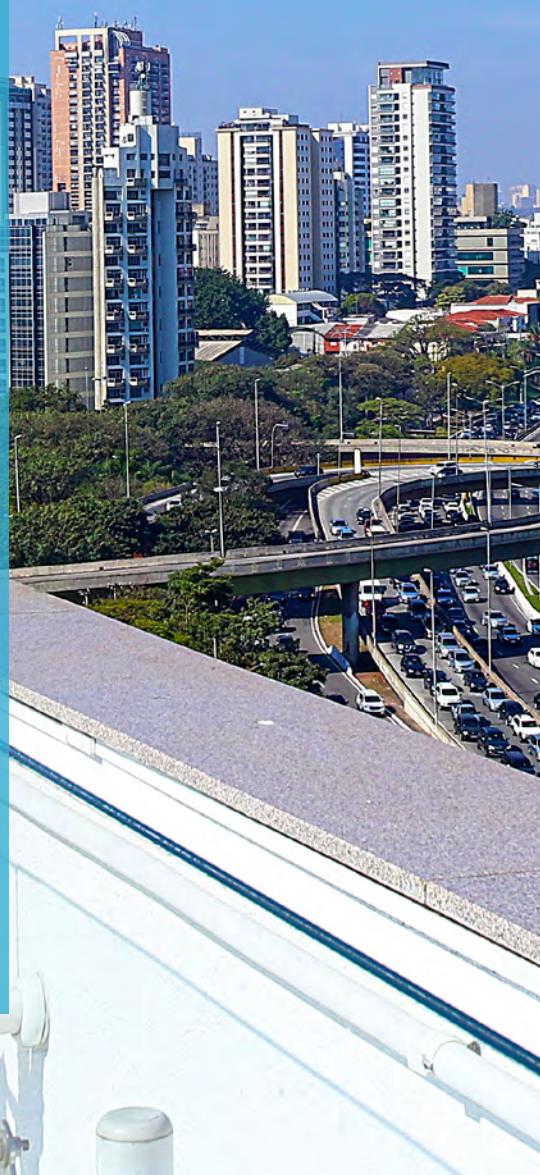
A informação precisa e comprovada é fundamental para que as pessoas possam se proteger e prevenir o contágio, por isso a Prefeitura divulga boletins diários e está em constante interlocução com a comunidade local, nacional e internacional na busca das melhores respostas para salvar vidas, reduzir o sofrimento da população e trilhar caminhos melhores para a qualidade de vida de todos, no presente e no futuro.



5. CONCLUSÃO E DESAFIOS FUTUROS



» Vista do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo





5. Conclusão e desafios futuros

O ano de 2020 marcará para sempre a história da humanidade. O surto de Covid-19 está convidando o mundo à mudança e evidenciando que vivemos todos em uma comunidade globalizada, compartilhando ações e consequências da nossa relação com o meio ambiente. Surge, então, um novo cenário, que evidencia, no entanto, velhos desafios. Mais do que nunca, a Agenda 2030 se faz necessária para, como seu próprio título propõe, transformar o nosso mundo.

Voltar aos negócios como de costume não é mais possível. Somado à 37 prefeitos da rede C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática, o Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, se comprometeu com a construção de uma sociedade mais sustentável, justa e equitativa a partir da recuperação da crise da Covid-19. Juntos, líderes locais buscam criar um “novo normal”. Partindo do pressuposto de que é necessário adotar medidas concretas para recuperação e combate à crise climática no mundo pós-Covid-19, pretendem apoiar a transição necessária para uma economia mais sustentável, de baixo carbono, inclusiva e saudável para as pessoas e o planeta.

A solidariedade e a cooperação internacional são cruciais para lidar com as crises globais ambientais, humanitárias, econômicas e de saúde de nosso tempo. É necessário construir pontes, estabelecer diálogos, reforçar e consolidar os direitos humanos, proteger a saúde, os meios de subsistência, gerar bem-estar para as comunidades e

promover soluções urbanas sustentáveis e resilientes.

Nesse sentido, a área internacional da Prefeitura de São Paulo tem sido fundamental para o cumprimento e disseminação da Agenda 2030 e das principais agendas globais no município. Ao fazer a ponte entre as discussões mais relevantes no cenário internacional e a atuação concreta das áreas-fim no município, as parcerias internacionais se revelam instrumentos de transformação e inovação de políticas. A participação ativa nas redes internacionais de cidades e o fortalecimento das parcerias bilaterais e com organismos multilaterais, permitem a troca de experiência entre os governos locais e os ajudam a criar capacidades para localizar as agendas globais no território.

*Mais do que nunca,
a Agenda 2030 se
faz necessária para,
como seu próprio título
propõe, transformar o
nossa mundo.*

Muitos projetos de desenvolvimento sustentável da Prefeitura de São Paulo são fruto dessas parcerias, trazendo benefícios concretos para a cidade.

A Prefeitura de São Paulo já avançou bastante no debate da Agenda 2030. Por meio da sanção e regulamentação da lei nº 16.817/2018, e da criação da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conseguimos garantir que a Agenda 2030 continuará traçando as diretrizes das políticas públicas de São Paulo.

A Comissão representa um avanço no diálogo intersetorial em torno da Agenda 2030, e se lança como mais um canal de diálogo entre organizações da sociedade civil, academia, setor privado e servidores públicos, para garantia de maior



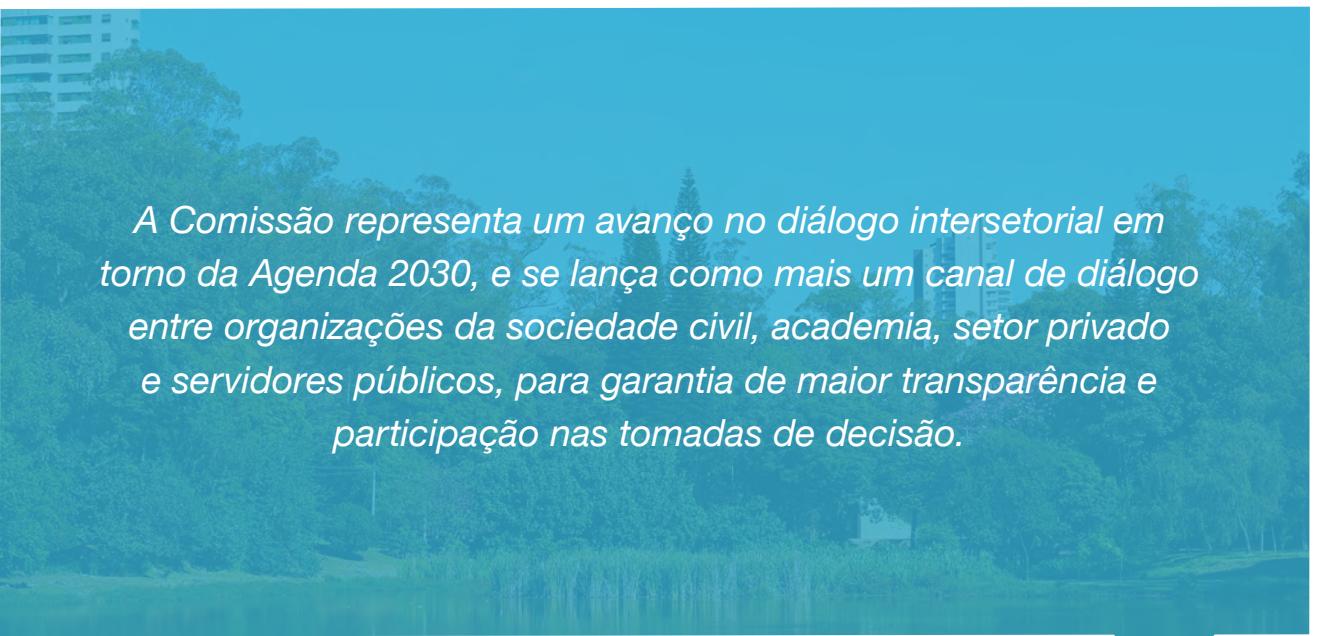
transparência e participação nas tomadas de decisão. Sua atuação será decisiva ao longo da próxima década, enquanto responsável pela definição das metas e horizontes intermediários a serem perseguidos pela administração municipal para cumprimento dos compromissos colocados pelos ODS. A instância colegiada, de caráter deliberativo, refletirá o engajamento de diversos atores governamentais e não-governamentais na construção de um processo conjunto e democrático para implementação da Agenda 2030 de forma efetiva no município.

O Grupo de Trabalho Intersecretarial GTI PCS/ODS, também permitiu um avanço no debate, disseminando a pauta do desenvolvimento sustentável dentro dos órgãos municipais, assumindo um papel formativo e de articulação institucional. Além disso, vem consolidando um diagnóstico da situação do município de São Paulo em relação à implementação da Agenda 2030, promovendo discussões sobre o monitoramento de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), deixando um legado para a “Comissão Municipal ODS” assumir os próximos passos da implementação da Agenda na cidade.

Posteriormente, ainda em 2020, será divulgado o trabalho de diagnóstico para monitoramento dos ODS na cidade de São Paulo, contendo dentre outras informações, uma síntese dos indicadores atualmente disponíveis na Prefeitura de São Paulo, bem como uma síntese dos desafios remanescentes para cumprimento de cada uma das temáticas que compõem a Agenda 2030.

O instrumentos de planejamento, orçamento e gestão da Prefeitura (como o Programa de Metas e o Plano Plurianual) representam avanços na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como diretriz para as metas locais. Com base nos próximos passos de exercício e atuação da “Comissão Municipal ODS”, a Prefeitura de São Paulo disporá de ainda mais subsídios para formulação dos futuros instrumentos de planejamento, orçamento e gestão.

O ObservaSampa, plataforma que reúne os indicadores da cidade de São Paulo, está em constante atualização para permitir o monitoramento e avaliação dos resultados do município na implementação das diversas políticas setoriais vinculadas à Agenda 2030. O fortalecimento



A Comissão representa um avanço no diálogo intersetorial em torno da Agenda 2030, e se lança como mais um canal de diálogo entre organizações da sociedade civil, academia, setor privado e servidores públicos, para garantia de maior transparência e participação nas tomadas de decisão.

» Parque Aclimação – Aclimação, São Paulo



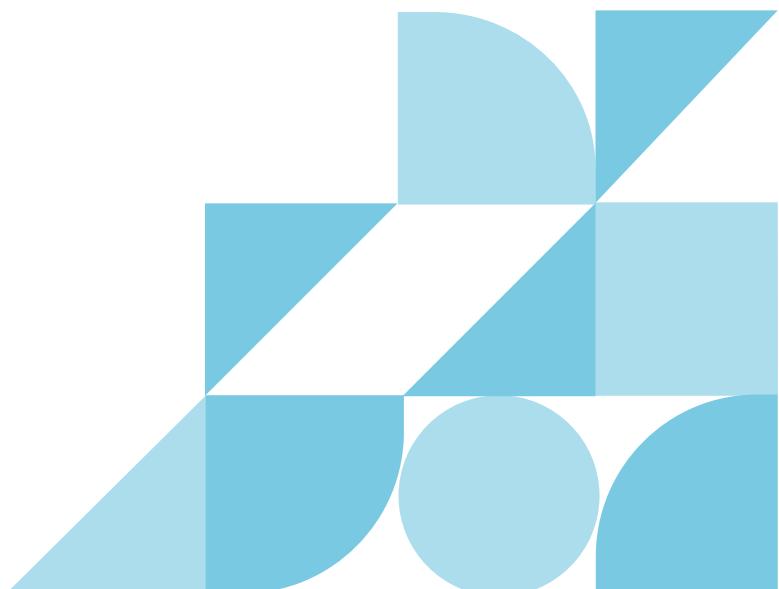
dessas capacidades institucionais vem colaborando para uma governança efetiva do ciclo de políticas públicas, embasada no controle e na participação social, de modo que as mesmas possam ter impacto positivo em âmbito local e até mesmo nacional.

Sabe-se que a pandemia agrava problemas sociais bastante desafiadores e a população em maior situação de vulnerabilidade é a que mais sofre as consequências. É importante que as cidades assumam um papel de liderança e atuem na resposta à crise sem deixar ninguém para trás. São Paulo vem adotando as medidas necessárias e reforçando as políticas que já estavam sendo adotadas antes do início da pandemia. Aumentou-se a atenção para a população em situação de rua, incluindo medidas de higiene sanitária, construção de banheiros e lavanderias públicas, distribuição de máscaras de proteção, refeições e criação de novos Centro de Recepção de Emergência. Além disso, fortaleceu-se a assistência à imigrantes e refugiados, mulheres vítimas de violência doméstica, foram feitas ações nas aldeias

indígenas para reduzir a propagação da Covid-19 e medidas específicas para pessoas com deficiência foram tomadas.

Faltam apenas dez anos para cumprirmos a Agenda 2030 e ainda resta muito o que avançar. A crise na saúde, que se desenvolve numa crise social e política, deixará um desafio grande para as próximas gerações. No entanto, o “novo normal” é o futuro que ainda está em jogo. Assim, a Prefeitura de São Paulo trabalha para ser uma impulsionadora da mudança e provedora de políticas públicas engajadas com os princípios da sustentabilidade, essenciais para a construção de um futuro equitativo, deixando um legado positivo para os cidadãos paulistanos e servindo de referência para iniciativas de âmbito nacional e internacional.

É importante que as cidades assumam um papel de liderança e atuem na resposta à crise sem deixar ninguém para trás.



REALIZAÇÃO



CIDADE DE SÃO PAULO

Prefeito

Bruno Covas

Secretário de Relações Internacionais

Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes

Secretário do Governo Municipal

Rubens Naman Rizeck Junior

Secretário Executivo de Gestão de Projetos Estratégicos

Alexis Galiás de Souza Vargas

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Coordenadoria de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito

Coordenador de Relações Internacionais

Rodrigo Massi da Silva

Coordenadora de Assuntos Internacionais Multilaterais e Redes de Cidades

Marina Morais de Andrade

Assessora para Assuntos Internacionais Multilaterais e Redes de Cidades

Bruna Manna Starling Diniz

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Wagner Luiz Taques da Rocha

Estagiários

Giulia Santi Brito

Luiza de Carvalho Bustamante Debrassi

Lucas Roberto Paredes Santos

REDAÇÃO

Anna Carolina de Paula M. de Marco

Bruna Manna Starling Diniz

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh

Marina Morais de Andrade

Wagner Luiz Taques da Rocha

COMUNICAÇÃO

Letícia Santos Cardoso

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Bruna Manna Starling Diniz

Marina Morais de Andrade

Wagner Luiz Taques da Rocha

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carlos Gomes e Cinthia Gomes

Agência Frutífera

FOTOS

Fábio Rezende Andrade

UCCI - Área de Gestão do Conhecimento

Braulio Diaz Castro

» Vista do Centro de São Paulo





Acesse também a versão digital!

www.capital.sp.gov.br

UCCI

Unión de Ciudades
Capitales Iberoamericanas

União das Cidades
Capitais Ibero-Americanas



**CIDADE DE
SÃO PAULO**